CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

O ano de 2007 caracterizou-se como o ano da consolidação do equilíbrio econômico-financeiro da CESP. Após o processo de Oferta Pública de Ações, ocorrido em julho de 2006, que resultou em aumento do capital social da Companhia em R$ 3,2 bilhões e redução do endividamento líquido em igual montante, a Administração deu andamento às operações de crédito para captação de recursos complementares, necessários ao equacionamento definitivo do fluxo de caixa da Companhia.

Assim, em janeiro de 2007, a CESP emitiu, em Reais, pela primeira vez no mercado financeiro internacional, sua 8ª série de Notas de Médio Prazo, indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com prazo de 8 anos e vencimento único em janeiro de 2015, no montante de R$ 750 milhões, equivalentes, à época, a US$ 350 milhões de dólares norte-americanos. Esta captação foi integralmente utilizada na quitação de dívidas contratadas a taxas mais elevadas e prazos menores de vencimento, entre elas parte das Notas de Médio Prazo das séries 1 e 2 (a taxas de 13% a.a.) e quitação das Notas da série 6 (a taxas de 14%) através do exercício da opção de compra.

Em junho de 2007 a CESP concretizou o lançamento, no mercado nacional, do seu quarto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV, no valor de R$ 1,25 bilhão, prazo total de 10 anos e carência de 5 anos. Esta captação permitiu alongar o perfil do vencimento da dívida total, quitar compromissos existentes e equacionar o fluxo de caixa da Companhia de 2007 em diante.

O endividamento em moeda estrangeira foi sensivelmente reduzido, passando de 55% em dezembro de 2006 para 36% em dezembro de 2007. O endividamento líquido, assim considerado o Passivo de Curto e Longo Prazo deduzido do Ativo de Curto e Longo Prazo, foi reduzido em 4,6% (R$ 342 milhões), reduzindo a relação endividamento líquido/EBITDA de 5,1 vezes em dezembro de 2006 para 4,7 vezes em dezembro de 2007.

A produção de energia elétrica permaneceu acima dos valores nominais, tendo a CESP gerado 20% acima da sua energia assegurada, demonstrando a qualidade técnica dos seus ativos e a alta disponibilidade do parque gerador da Companhia. Por sua vez, o mercado de energia demonstrou aquecimento do lado da demanda, tendo a CESP comercializado, em contratos, 98,4% da sua energia disponível para comercialização e liquidado o restante na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Este conjunto propiciou um Lucro Operacional Bruto de R$ 1,38 bilhão, Resultado do Serviço de R$ 1,02 bilhão, Lucro antes dos Impostos de R$ 452 milhões e Lucro Líquido de R$ 179 milhões no exercício.

Finalmente, em dezembro, a CESP retornou ao ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo, reconhecida entre as empresas que comprovadamente tem compromissos com sua responsabilidade social.

II. O SETOR ELÉTRICO

O ano de 2007, para o Setor Elétrico, foi marcado por significativos acontecimentos. O lançamento do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, prevendo a aplicação de R$ 274,8 bilhões no setor energético até o ano de 2010, a reestruturação da área ambiental sob responsabilidade federal e o leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, fechado ao surpreendente preço de R$ 78,87 por MWh, mostrou ao mercado que é perfeitamente viável a parceria entre agentes privados e públicos em empreendimentos hidrelétricos, fonte de energia limpa e renovável, na região Amazônica.

No entanto, como a redução da oferta de energia produzida pelas usinas termelétricas devido às dificuldades no fornecimento de gás, levou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a autorizar o estabelecimento de um Termo de Compromisso com a Petrobrás para o fornecimento de gás às usinas térmicas do SIN - Sistema Interligado Nacional, segundo um cronograma de fornecimento que atendeu a produção de 2.540,2 MW médios no primeiro semestre de 2007 e que atingirá o montante de 6.737,7 MW médios até o segundo semestre de 2011. Além disso, a restrição no fornecimento desse insumo também frustrou a participação de termelétricas a gás no leilão A-3 e permitiu a entrada de usinas movidas a combustíveis mais caros.

Uma grande notícia foi o impulso à co-geração, energia limpa e renovável com base no bagaço de cana, que certamente nos auxiliará na mitigação dos riscos devidos à incerteza do gás.

III. A CESP E SEU MERCADO EM 2007

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por seis usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiá - 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW), Três Irmãos (807,50 MW), Paraibuna (85 MW) e Jaguari (27,6 MW), num total de 7.455,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de energia assegurada, mas que produziu 4.703 MW médios de energia em suas usinas em 2007, tornando-se a quarta geradora do país em potência instalada e a terceira em produção de energia elétrica.

Localização das Usinas Hidrelétricas

Adaptada às alterações na estrutura regulatória, introduzidas pelo Plano de Reestruturação do Setor Elétrico (RE-SEB) e pelo Novo Modelo, a CESP se tornou uma Empresa competitiva e preparada para atuar nos Ambientes de Contratações Livre e Regulado. Para diversificar seu portfólio de clientes, a Empresa ampliou sua participação no Mercado Livre e passou a atender os consumidores livres e as comercializadoras.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

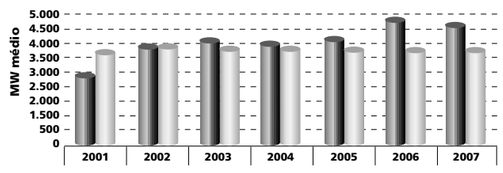
A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais.

Sua produção em 2007 correspondeu a 60% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo e a 10% de toda energia elétrica produzida no Brasil.

PARQUE GERADOR

Usinas	Número de Unidades Geradoras	Capacidade Instalada em MW	Início de Operação	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444	Julho/1973	2015
Três Irmãos	5	808	Novembro/1993	2011
Jupiá	14	1.551	Abril/1969	2015
Porto Primavera	14	1.540	Janeiro/1999	2008
Paraibuna	2	85	Abril/1978	2021
Jaguari	2	28	Maio/1972	2020
Total	**57**	**7.456**		

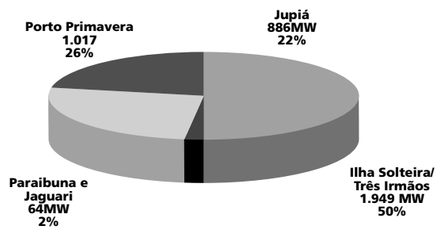
ENERGIA PRODUZIDA E ASSEGURADA - 2001 A 2007



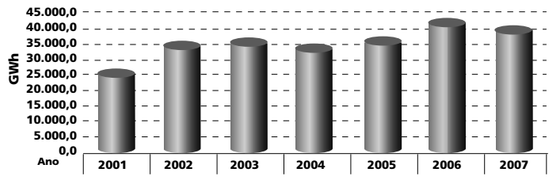
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	3.012	4.053	4.225	4.137	4.326	4.892	4.703
Energia Assegurada	3.808	4.038	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916

ENERGIA ASSEGURADA POR USINA - 2007

Energia Assegurada da CESP por usina - 2007



EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO - 2001 a 2007



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	26.383,4	34.504,03	37.009,3	36.340,3	37.899,0	42.895,7	41.202,6

PRODUÇÃO POR USINA (GWh) - 2001 a 2007

Usinas/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ilha Solteira	11.391	14.203	16.172	15.808	16.712	18.969	18.651
Três Irmãos	1.178	2.921	2.512	2.053	2.024	2.597	2.342
Jupiá	7.185	8.433	8.948	8.801	9.122	10.057	9.611
Porto Primavera	6.174	8.585	9.057	9.445	9.671	10.736	10.083
Paraibuna	362	270	265	198	272	408	409
Jaguari	94	92	55	35	99	128	107
Total	**26.383**	**34.504**	**37.009**	**36.340**	**37.899**	**42.896**	**41.203**

ARMAZENAMENTO NOS RESERVATÓRIOS

	Percentual de Volume Útil	
Usina	**31/12/2006**	**31/12/2007**
Ilha Solteira	59%	61%
Três Irmãos	60%	62%
Jaguari	73%	85%
Paraibuna	66%	75%

O nível de armazenamento de água nos reservatórios da CESP, assim como das demais geradoras do país é coordenado pelo ONS.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2007, a energia assegurada foi comercializada nos seguintes ambientes: i) Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's com as distribuidoras e dos contratos de venda às pequenas distribuidoras com carga menor que 500 GWh/ano; ii) Ambiente de Contratação Livre - ACL, através dos contratos de venda de energia elétrica de longo, médio e curto prazos (ex-post), negociados com as comercializadoras e consumidores livres e; (iii) as diferenças entre a energia produzida, energia assegurada e a energia contratada, foram contabilizadas e liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

- **Ambiente de Contratação Regulada - ACR**

A parcela de energia destinada ao ACR, com o início de vigência dos CCEAR's para o produto 2007 adicionou 20 MW médios aos 1.978 MW médios vigentes desde janeiro 2007, considerando os CCEAR's originais.

A legislação faculta às distribuidoras a redução dos CCEAR's em decorrência da saída de consumidores livres, por variação de mercado e contratos assinados antes da implementação do Novo Modelo, conforme o disposto na Lei nº 10.848/04 e no Decreto 5.163/04. Estas reduções são precedidas do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD pela CCEE. Foram processadas, desde o início dos CCEAR's até o final do ano de 2007, 563 cessões, acumulando uma redução nesse período de 109 MW médios.

A CESP obteve entre 2004 e 2007 os seguintes resultados nos leilões de energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizados por intermédio da CCEE no ACR:

Eventos	Energia Comercializada	Período do Contrato	Preços
1º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes (07/12/2004)	800 MW médios 1.178 MW médios 20 MW médios	2005 a 2012 2006 a 2013 2007 a 2014	R$ 62,10/MWh R$ 68,37/MWh R$ 77,70/MWh
2º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes (02/04/2005)	170 MW médios	2008 a 2015	R$ 83,50/MWh
4º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes (11/10/2005)	120 MW médios	2009 a 2016	R$ 93,43/MWh
1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos (16/12/2005)	148 MW médios	2010 a 2039	R$ 116,00/MWh
2º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos (29/06/2006)	82 MW médios	2009 a 2038	R$ 124,97/MWh

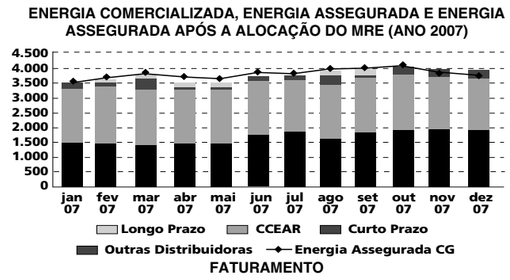
- **Ambiente de Contratação Livre - ACL**

Nesse segmento de mercado em 2007, a parcela de energia referente aos contratos de médio e longo prazos correspondeu a 1.687,66 MW médios e a de curto prazo foi de 47,80 MW médios.

- **Resultados da Comercialização de Energia**

Em 2007, a CESP comercializou 3.766,62 MW médios em contratos, o que representou 98,43% da energia disponível para a comercialização (3.826,69 MW médios). Liquidou o equivalente a 231,25 MW médios de energia no mercado "SPOT" ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e ainda forneceu 583,24 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização - TEO, mantendo uma posição superavitária durante todo o ano de 2007.

ENERGIA COMERCIALIZADA, ENERGIA ASSEGURADA E ENERGIA ASSEGURADA APÓS A ALOCAÇÃO DO MRE (ANO 2007)

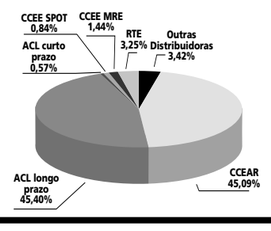


FATURAMENTO

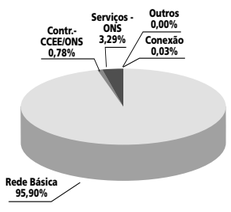
O resultado comercial da CESP em 2007, totalizou R$ 2.625 milhões, sendo R$ 1.227 milhões em contratos bilaterais, R$ 1.193 milhões em receita proveniente dos Leilões de Energia CCEAR's e outros R$ 114 milhões de receita proveniente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

RESULTADO COMERCIAL EM 2007

FATURAMENTO



PAGAMENTOS



- **No Ambiente de Contratação Regulada - ACR Obteve as Seguintes Receitas:**

Foram faturados R$ 1.283 milhões, divididos em R$ 1.193 milhões em energia contratada através dos CCEAR's com 35 distribuidoras e cerca de R$ 90 milhões em energia contratada com 4 pequenas distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano.

- **Receitas Obtidas no Ambiente de Contratação Livre - ACL:**

Neste ambiente o faturamento total correspondeu a R$ 1.228 milhões em energia contratada nos contratos bilaterais de longo e curto prazos, sendo R$ 1.213 milhões em contratos bilaterais de longo prazo e R$ 15 milhões em contratos bilaterais de curto prazo. O número de clientes atendidos nesse segmento de mercado totalizou 56 clientes entre consumidores livres e comercializadoras.

- **Resultados Obtidos com a Energia Comercializada na CCEE:**

A receita obtida pela Companhia na CCEE totalizou cerca de R$ 114 milhões, composta por receitas provenientes do mercado "SPOT" e do MRE.

IV. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

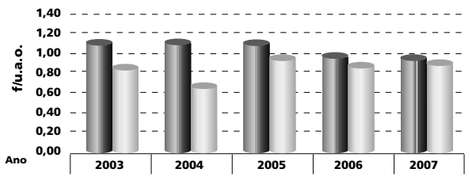
A CESP tem garantido o atendimento dos seus compromissos comerciais, conciliado às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender a demanda sistêmica) dentro de princípios de economicidade.

A comprovação do desempenho satisfatório da manutenção é feita através de indicadores de disponibilidade (conceito de produtividade) e de taxa de falhas (conceito de confiabilidade), que sinalizam claramente a correta atuação, quando atingidas as Metas estabelecidas para cada indicador.

A exceção dos indicadores relativos ao MRA - Mecanismo de Redução de Energia Assegurada, as metas de desempenho para estes indicadores são estipuladas anualmente com base em históricos de ocorrências de desligamentos, cujo objetivo final é o de constituírem-se em um desafio às equipes de manutenção para a busca da excelência na geração de energia elétrica, em consonância com os objetivos da empresa.

É sensível a melhoria nos índices nestes últimos anos. Os gráficos a seguir ilustram as taxas de falhas e disponibilidade verificadas entre 2003 e 2007, com suas respectivas metas:

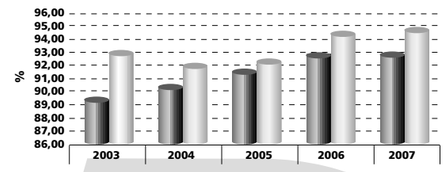
TAXA DE FALHAS
(falhas por unidade ano de operação)



	2003	2004	2005	2006	2007
Meta	1,14	1,15	1,12	1,03	1,00
Real	0,84	0,68	0,99	0,89	0,95

Índice de taxas de falhas por unidade ano de operação (f/u. a.o. a partir de 2003)

DISPONIBILIDADE (%)



	2003	2004	2005	2006	2007
Meta	89,53	90,72	91,84	92,95	93,01
Real	93,30	92,30	92,40	94,60	94,89

Índice de Disponibilidade (%) a partir de 2003

A Taxa de Falhas verificada em 2007, de 0,95 f/u. a.o., atendeu plenamente a meta estabelecida pela Empresa, de 1,00 f/u.a.o., indicando que as implementações realizadas continuamente no sentido de agregar confiabilidade à operação das unidades geradoras vêm apresentando resultados satisfatórios.

A disponibilidade verificada em 2007, de 94,89%, também atendeu plenamente a meta estabelecida (93,01%), indicando que o planejamento da manutenção, focado na maximização dos resultados da Empresa, está sendo eficaz.

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DAS USINAS

Foram executados programas de manutenção, tanto preventiva, corretiva, como contratual nas seguintes usinas:

- UHE Ilha Solteira: manutenção das unidades geradoras nºs 04, 09, 10 e 14;
- UHE Três Irmãos: manutenção das unidades geradoras nºs 01, 04 e 05;
- UHE Jupiá: manutenção das unidades geradoras nºs 04, 05, 08, 12, 13 e 14;
- Agregando maior confiabilidade no processo de geração de energia, foi concluída a substituição dos transformadores de corrente 440 kV das unidades. Além disso, prosseguem a reforma geral e atualização tecnológica dos dois grupos geradores auxiliares, a implantação da automação e monitoramento completa dos grupos auxiliares e o plano de reforma e/ou aquisição de todos os transformadores da Usina, com a reforma de mais quatro transformadores elevadores de tensão;
- UHE Porto Primavera: Manutenção das unidades geradoras nºs 02, 03, 05 e 12. Além disso, foi concluído o sistema automático de tratamento da água do sistema de resfriamento da Usina, para controle do mexilhão dourado, com ganhos diretos nas disponibilidades das unidades geradoras e nos custos de manutenção.

OUTRAS OBRAS COMPLEMENTARES

UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) - Usina e Eclusa

- Execução da proteção das encostas na Fazenda Lagoa Preta, margem direita, jusante da Usina;
- Conclusão do comissionamento do sistema de ar condicionado do Edifício de comando;
- Em andamento o comissionamento do sistema de ventilação e exaustão da Usina e da Eclusa;
- Reforma do sistema de ar condicionado da sala de operação da usina;
- Conclusão da instalação do sistema de vigilância eletrônica (monitoramento, vigilância e evacuação de emergência) da Usina e da Eclusa, com o comissionamento em andamento;
- Em execução a modernização de novo sistema digital de supervisão e controle (SDSC), abrangendo a Subestação, a Casa de Força, Vertedouros e Linha de Transmissão; já foram transferidas para o novo sistema duas máquinas e as duas linhas que interligam a UHE Engº. Sérgio Motta com a Subestação Nova Porto Primavera. Término previsto para 2009;
- Realização de ensaio de rendimento em uma unidade geradora.

ESTUDOS E PROJETOS

Foram desenvolvidos diversos projetos para as obras, com destaque para:

- **UHE Engº. Sérgio Motta (Porto Primavera);**
  - Usina/Casa de Força;
  - Projetos elétricos complementares no sistema de serviços auxiliares.- Reservatório;
  - Desenvolvimento da Revisão do Projeto Executivo da Área de Lazer em Santa Rita do Pardo, MS;
  - Elaboração da Complementação/Revisão do Projeto Executivo do Posto Fiscal de Bataguaçu, MS;
  - Gerenciamento técnico dos seguintes Projetos Executivos:
    - Rodovia BR-158/SP - trecho divisa MS/SP - Panorama (acessos da Ponte Paulicéia-Brasilândia);
    - Anel Viário (Perimetral) de Presidente Epitácio, SP;
    - Reforço do Sistema de Valas de Infiltração de Esgoto do Posto Fiscal de Bataguaçu, MS.
- **Reservatório da UHE Engº. Souza Dias (Jupiá):**
  - Desenvolvimento dos Projetos Executivos de Recuperação das Áreas de Empréstimo do Posto Fiscal, Área da Cargil e Cascalheira, abordando Arquitetura, Estruturas, Elétrica e Hidráulica.
- **Reservatório de Aproveitamento Múltiplo Três Irmãos:**
  - Elaboração do Projeto Executivo da Travessia sobre o Córrego Onixo, na Fazenda Santa Paula, Lavínia, SP.
- **Estudos do Potencial Hidrelétrico Remanescente do Estado de São Paulo.**

EDIFÍCIOS SEDE I e SEDE II

As obras de reforma e reconstrução dos edifícios sinistrados em 1987, iniciadas em março de 2001, tiveram continuidade encontrando-se na seguinte situação:

- estruturas de concreto - concluídas;
- 3º, 4º e 5º subsolos de garagem - concluídos;
- impermeabilizações e drenagens pluviais da cobertura (19º andar Sede I), corredores laterais no Piso Paulista - concluídos;
- calçada e acesso à Avenida Paulista - concluídos;
- entrada de energia definitiva (transformadores/cabine de barramento/quadro geral de baixa tensão) - concluída;

continua →

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

- estruturas metálicas de cobertura dos edifícios e do heliponto - as obras continuam paralisadas em função de embargo judicial, impetrado pelo Banco Safra S.A., em julho de 2005;
- "pele-de-vidro" - concluídas até o 18º andar;
- alvenarias internas - em andamento;
- pisos, revestimentos e instalações dos pavimentos tipos - em andamento;
- instalações prediais - em andamento, estando concluídas as instalações e equipamentos dos subsolos de garagem.

Os edifícios estão sendo construídos seguindo um padrão de acabamento superior e contarão com moderna tecnologia de instalações, como piso elevado, sistema de climatização tipo "forro gelado", sistema de automação, além de acabamentos de primeira linha, como pisos em granito, fachada em "pele-de-vidro", heliponto etc.

V. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Com o objetivo de implementar um plano de ação de sustentabilidade, envolvendo e alinhando as boas práticas de governança corporativa com as ações socioambientais já executadas pela Empresa, foi criado o Comitê de Sustentabilidade.

Em junho de 2007 foram aprovadas políticas sociais, que mesmo já sendo praticadas pela Companhia, formalizaram e evidenciaram seu compromisso com relação à erradicação do trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, combate à prática de discriminação em todas as suas formas, valorização da diversidade e prevenção de assédio moral e sexual.

Um programa de mudança climática e seqüestro de carbono foi criado para executar inventário de emissões dos gases causadores do efeito estufa pela CESP, com objetivo de propor uma política de redução de emissões e estabelecimento de um programa de neutralização da parcela das emissões, que as soluções tecnológicas não permitem eliminar.

Reafirmou-se a adoção de práticas e princípios de responsabilidade socioambiental, do Cadastro de Serviços Terceirizados da Secretaria da Casa Civil como política corporativa da Empresa, a utilização do selo de Responsabilidade Socioambiental nas licitações aplicáveis, e ainda sua convicta participação nas ações de proteção à criança. Determinou-se também a continuidade no processo de substituição do papel branco para o papel reciclado.

Uma resposta adequada às crescentes exigências da sociedade e, em especial, do mercado de capitais, quanto à adoção de princípios éticos como norteadores de suas atividades, a CESP entendeu oportuna a tarefa de elaborar um Código de Conduta, dando mais um passo que seguramente, trará uma contribuição bastante positiva para o seu relacionamento interno e externo, elevando o nível de confiança no relacionamento com todos os seus parceiros (investidores, fornecedores, clientes, credores, autoridades e seus próprios colaboradores).

Adicionalmente, decidiu-se pela implantação de um sistema de gerenciamento de risco e avaliação de controles internos.

A Empresa realiza a disseminação e sensibilização do Programa de Sustentabilidade Empresarial para todo o corpo de empregados, condição essencial para o envolvimento e implementação das ações estabelecidas no programa.

ISE - ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Desde 1º de dezembro de 2007, a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial conta com a participação da CESP. Essa carteira, com validade até 30 de novembro de 2008, reúne ativos de 32 empresas de 13 diferentes setores, totalizando R$ 927 bilhões em valor de mercado.

As empresas que fazem parte do portfólio do ISE apresentam alto grau de comprometimento com sustentabilidade e responsabilidade social. A CESP já fez parte da composição do ISE em sua primeira edição, no período 2005/2006.

O ISE avalia elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros. São empregados quatro critérios: políticas (indicadores de comprometimento); gestão (planos, programas, metas e monitoramento); desempenho (indicadores de performance) e cumprimento legal (cumprimento de normas na área ambiental, trabalhista, de concorrência e em relação ao consumidor).

MEIO AMBIENTE, OBRAS, ATIVIDADES MITIGATÓRIAS, COMPENSATÓRIAS E SÓCIO-COMUNITÁRIAS

• Meio Ambiente

Ao longo de 2007, a CESP prosseguiu com suas iniciativas visando minimizar os impactos causados pela construção e operação de seus empreendimentos, promover a conservação ambiental dos ecossistemas em toda a área de influência direta e indiretamente afetada e atender às exigências da legislação ambiental vigente, bem como dos órgãos ambientais licenciadores.

De seus seis empreendimentos atuais, quatro foram implantados anteriormente ao surgimento da legislação ambiental: UHEs Jupiá, Ilha Solteira, Paraibuna e Jaguari. Os outros, UHEs Porto Primavera e Três Irmãos foram licenciados de acordo com o previsto na atual legislação.

Referente ao processo de licenciamento ambiental das UHEs Jupiá e Ilha Solteira, cabe ressaltar o início dos estudos para a elaboração do diagnóstico ambiental e dos Planos de Conservação e Uso do Entorno destes Reservatórios, com conclusão prevista para o final de 2008.

As UHEs Jaguari e Paraibuna encontram-se com os licenciamentos devidamente regularizados pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, nos termos da legislação. A CESP desenvolve nesses dois Empreendimentos, ações referentes ao manejo de flora, manejo pesqueiro e de avifauna, além de atividades afetas à educação ambiental.

No caso das UHEs Porto Primavera e Três Irmãos, os programas ambientais implantados ou em implantação são decorrentes do Estudo de Impacto Ambiental, constituindo-se, assim, em compromissos assumidos pela empresa que resultam na obrigatoriedade legal de sua execução para a manutenção das licenças ambientais necessárias à operação dos empreendimentos. Especificamente para a UHE Três Irmãos, aguarda-se a renovação da Licença de Operação, cujo processo continua em análise na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

• Ictiofauna

Ainda em 2007, pode-se ressaltar a produção nos viveiros de Primavera, Jupiá e Paraibuna, de cerca de 2.700.000 mudas de árvores de espécies nativas e a implantação de cerca de 920 ha de reflorestamento nas margens dos reservatórios das UHEs Três Irmãos e Porto Primavera. Das atividades de Fomento Florestal, que consiste no fornecimento de mudas e assistência técnica ao plantio realizado pelo interessado, foram implantados perto de 260 ha nas bacias do Paraná, Tietê e do Vale do Paraíba.

Tendo em vista a interação flora e fauna, foram produzidas 177 aves nativas de diversas espécies, a maioria introduzida na região do Vale do Paraíba, contribuindo para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico nessa região. O manejo da fauna incluiu a produção e soltura de cerca de 3.300.000 alevinos de oito espécies de peixes nos reservatórios das usinas de Jupiá, Três Irmãos, Ilha Solteira, Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna, além da operação, na UHE Porto Primavera, dos equipamentos de transposição para peixes, escada e elevador, que constituem-se em sistema inédito no Brasil.

• Museu de Memória Regional

Como parte integrante das atividades do Programa de Resgate e Valorização da Memória Regional da UHE Porto Primavera, o Museu de Memória Regional, instalado na área do viveiro de mudas de Porto Primavera, cujo objetivo é contribuir com a preservação de traços da identidade histórico-cultural e do meio natural da região, atingiu a marca de 8.000 visitantes. O acervo reunido consiste de 2.500 fotos, 264 depoimentos (214 em áudio e 50 em vídeo) e 20 peças (artesanato, mobiliário, utensílios e equipamentos de produção).

• Cervo do Pantanal

Com a conclusão dos estudos de avaliação do impacto do enchimento do reservatório da UHE Porto Primavera sobre o cervo do pantanal, estão concluídos os estudos para um plano de manejo enfocando a qualidade do habitat do cervo em função das interferências humanas, e a evolução genética das populações remanescentes desta espécie. A CESP, juntamente com a Associação para Conservação de Carnívoros Neotropicais - Pró-Carnívoros realizaram seminário no mês de novembro, que apresentou diagnósticos, diretrizes e metas de um programa estrutural de manejo e conservação de grandes felinos, incluindo as onças pardas e pintadas, aos órgãos ambientais, pesquisadores e comunidade interessada na questão.

Na área sócio-econômica, a CESP deu continuidade ao desenvolvimento de atividades no setor produtivo, social e de educação ambiental nos projetos de remanejamento populacional das UHEs Porto Primavera e Três Irmãos, já instalados. Especialmente no reassentamento da Fazenda Santo Antonio, município de Caiuá-SP, foi implantado um programa de coleta seletiva do lixo gerado em área rural. Pioneiro no país desde 2005, este programa envolveu mais de 90% da população reassentada, totalizando em 2007 1,7 toneladas de material reciclado (plástico, papel e vidro), gerando renda adicional às famílias envolvidas e consciência ambiental.

• Conscientização Ambiental

Visando contribuir também para o avanço da conscientização ambiental da população do entorno dos empreendimentos da CESP, o Programa de Educação Ambiental realizou cursos, palestras e visitas monitoradas que reuniram, em 2007, 76.431 participantes. O programa para a conservação do Cervo do Pantanal apresentou um teatro de fantoches para 11.200 crianças nos municípios de Castilho, Dracena, São João do Pau D'Alho, Paulicéia, Paraibuna-SP e Brasilândia-MS.

• Efeito Estufa

Preocupada com os efeitos que as mudanças climáticas podem acarretar à sociedade e na dinâmica de suas atividades de geração de energia elétrica, a CESP contratou serviços técnicos especializados para a elaboração de inventário das suas emissões de gases do efeito estufa, e das recomendações para a sua neutralização. Concluídos os trabalhos, a CESP implementará uma política de redução de emissões, baseado em uma avaliação permanente por meio de monitoramento e neutralização dos gases do efeito estufa.

• Controle de cheias

As cheias que ocorreram nas bacias dos rios Tietê e Paraná no ano de 2007 foram amortecidos no sistema e não causaram inundações nas áreas de influência dos reservatórios da CESP.

Conforme os Procedimentos de Rede do ONS - Operador Nacional do Sistema - foram considerados para definição do Plano Anual de Controle de Cheias da CESP, os resultados dos estudos de prevenção de cheias da bacia do Rio Paraná, as alternativas de volumes de espera e os correspondentes tempos de recorrência adotados para a proteção dos locais sujeitos a restrições de vazões nesta bacia.

Definido o Plano, algumas providências são tomadas visando sua implementação, independentemente de as previsões indicarem possibilidade de cheias para o período chuvoso subseqüente.

Anualmente, antecedendo o período chuvoso, realiza-se a reciclagem anual do Sistema de Operação em Situação de Emergência - SOSEm, envolvendo todos os operadores de usinas e centro de controle, além de engenheiros e técnicos direta e indiretamente envolvidos com a operação. Também são realizadas anualmente as inspeções aos Órgãos de Descarga, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento e conservação dos equipamentos, realização de testes simulando situações extremas (utilização da alimentação por meio do gerador diesel), configurando uma condição de emergência. As anomalias mais relevantes são solucionadas antes da entrada do período chuvoso.

As intensas chuvas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 resultaram em elevações das vazões, que atingiram valores superiores às restrições de vazões máximas nos reservatórios da região Sudeste e Centro Oeste. A partir da segunda quinzena de janeiro, ocorreu a ocupação gradual dos volumes de espera alocados nos reservatórios destinados ao controle de cheias.

Como resultado, as vazões naturais afluentes máximas diárias observadas no período janeiro a março em Jupiá (23.892 m³/s) e Porto São José-PR (29.393 m³/s) foram muito superiores às vazões de restrição nesses locais.

Com este quadro de grandes vazões, foi acionado o Comitê de Gestão de Cheias da CESP. O Comitê tem como objetivo, coordenar as atividades de controle das cheias e organizar a divulgação de informações para as comunidades que vivem nos municípios das áreas de influência dos reservatórios da CESP. A transparência de suas ações, aliada à rapidez e precisão das informações divulgadas, são fatores fundamentais para que as populações ribeirinhas possam se organizar em momentos críticos de cheias.

Para manter a população informada sobre o período chuvoso, a CESP utiliza alguns instrumentos de comunicação com a população do entorno.

• Boletim Informativo de Vazões - BIV

O boletim veicula, sistematicamente, informações de vazões e níveis verificados nos reservatórios da Empresa e permite aos destinatários um acompanhamento da evolução das vazões, portanto, da situação hidrológica no período. O BIV é enviado aos órgãos ligados à Defesa Civil, como Ministério da Integração Nacional, Departamento Estadual da Defesa Civil, ANA, ONS, Corpo de Bombeiros, Prefeituras Municipais e Delegacias Fluviais.

• Internet

O site da CESP disponibiliza o ícone "TELECHEIA - Operação de Reservatórios" contendo informações em tempo real e históricas de níveis de montante e jusante, vazões afluentes e defluentes e chuvas nos empreendimentos. Os releases divulgados e publicados pela mídia regional, também são disponibilizados no site.

• Discagem Direta Gratuita - DDG - TELECHEIA

O telefone gratuito do serviço TELECHEIA (0800 - 647-9001) fornece informações de vazões praticadas no dia anterior, vazões programadas para o dia atual, e vazões previstas para o dia seguinte. Este serviço está disponível ao longo do ano, ininterruptamente.

• Área de Influência do Reservatório de Porto Primavera

Foram executadas as seguintes obras nos municípios afetados pela formação do reservatório de Porto Primavera, de natureza mitigatória e de natureza compensatória:

- A celebração de novo convênio entre o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e o Governo do Estado de São Paulo, em 03/09/2007, permitiu que em outubro fossem retomadas as obras da superestrutura da ponte sobre o rio Paraná interligando Paulicéia-SP e Brasilândia-MS, com extensão de 1.700 m, trecho estaiado de 400 m e com vão de navegação de 200 m; a sua conclusão está prevista para o segundo semestre de 2008;
- Conclusão da 2ª etapa do Anel Viário (Via Perimetral), com extensão de 1.600 m, em Presidente Epitácio - SP, envolvendo, além da pavimentação asfáltica, a execução de complexo sistema de drenagem para captar águas pluviais de aproximadamente metade da área urbana, assim como a pavimentação e drenagem de interligação com as ruas adjacentes;
- Em andamento a recuperação das proteções de taludes e de encostas avariadas na região de Presidente Epitácio-SP;
- Encostas ao longo da orla de Presidente Epitácio - executadas as proteções do trecho entre a Prainha (estaca 162) até o cais do Porto - conclusão dos demais trechos até julho de 2008;
- No Complexo Maurício Joppert - executadas as proteções no encabeçamento da margem direita da Ponte Maurício Joppert, estando em andamento a proteção dos encabeçamentos da Ponte sobre o Canal de Navegação, no município de Bataguassu-MS,com término previsto para julho de 2008;
- Em andamento as obras da área de lazer de Santa Rita do Pardo, última obra prevista no Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado em 2001 com o Governo do Estado, Ministério Público Estadual e Prefeituras do estado de Mato Grosso do Sul - conclusão prevista para abril de 2008;
- Iniciada a obra de construção de galeria tripla, 3,00 x 3,00 m, no córrego Bom Jardim, para recuperação do acesso ao Reassentamento Rural Fazenda Pedra Bonita, no município de Brasilândia - MS - término previsto para abril de 2008.

• Área de Influência da UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá)

Em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2006 com o Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Três Lagoas, MS, para recuperação de áreas exploradas para extração de solos e cascalhos, empregados na construção da UHE Eng. Souza Dias (Jupiá), foram assinados dois contratos de execução de serviços, um para construção de guarita e cercamento da área de empréstimo denominada "Área da Cargil", e outro para execução dos serviços de contenção de erosão da "ravina 8" da área denominada "Cascalheira". O início dos serviços está condicionado à obtenção das Licenças Ambientais.

• Área de Influência da UHE de Paraibuna e Jaguari

A CESP, em conjunto com os Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul e às entidades afins como a Agência Nacional de Águas - ANA, Operador Nacional do Sistema - ONS e outras, monitora os níveis dos reservatórios de Paraibuna/Paraitinga e Jaguari, que são os grandes responsáveis pela perenidade do Rio Paraíba do Sul, na seca e pela colaboração no armazenamento de água quando de chuvas nas cabeceiras dos reservatórios, evitando enchentes a jusante. Estes reservatórios são vitais para o abastecimento d'água em várias cidades do Vale do Paraíba e pelo abastecimento de água de mais de 80% da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

A função estratégica dos reservatórios de Paraibuna e Jaguari, para todo o Vale do Paraíba e para a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, que utiliza a água armazenada em nossos reservatórios, associada à gestão junto aos Comitês de Bacia, torna a UHE de Paraibuna estratégica para a CESP, exigindo fiscalização das bordas dos reservatórios, visando a segurança patrimonial e ambiental e a manutenção da integridade das barragens.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Empresa desenvolve outras ações sociais por meio de afiliação ou colaboração junto às seguintes entidades: Coep - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida; Fundação Abrinq; Associação Paulista Viva; Instituto Solidariedade; Instituto Educacional Amélia Rodrigues; Associação Viva e Deixe Viver; Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia e Fundação Dorita Nowill, entre outras.

• Empresa Amiga da Criança

A CESP é Empresa Amiga da Criança pelo 12º ano consecutivo. A Fundação Abrinq renovou o selo e o diploma da Empresa. A CESP é uma das empresas que está nesse programa desde sua criação. A primeira certificação está datada de 23 de agosto de 1995.

• ICC - Instituto Criança Cidadã

A CESP manteve sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã - ICC, entidade educacional que tem por desafio a continuidade dos projetos criados pela CESP em 1987, como os projetos Creche Pré-Escola, Complementação Escolar e Centro de Iniciação ao Trabalho.

Mais de 5.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos, foram beneficiados com alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte educação e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais treinados para tal fim, e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda, articuladas por todas as Unidades Educacionais do ICC.

Reconhecido como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e certificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS como Entidade Beneficente de Assistência Social, o ICC tem no importante apoio e compromisso social da CESP, todas as condições para realização de seu trabalho e de manutenção de suas 13 Unidades Educacionais.

INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

• Treinamento e Desenvolvimento

A empresa atende às diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento dos empregados. No período de 2007 ocorreram 3.630 participações de empregados em treinamento nas categorias de cursos, palestras, seminários, congressos e eventos que totalizaram a carga horária de 6.340 horas.

Além dos cursos regulares de capacitação, outras ações de treinamento foram desenvolvidas, como programa de idioma estrangeiro, cursos de especialização, concessão de bolsas de estudos (de 1º, 2º e 3º graus).

• Estágio Remunerado

O Programa é destinado a estudantes de nível universitário e de nível técnico, visando proporcionar-lhes oportunidade para completarem sua formação escolar. Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio alimentação e assistência médico-hospitalar. No ano de 2007 a CESP recebeu 43 estagiários.

• Aprendizes

Atendendo a Lei do Aprendiz, a Cesp contrata aprendizes, oriundos de famílias carentes, mediante contrato com o Centro de Aprendizado e Monitoramento Profissional do Caxingui e o Núcleo Rotary de Aprendizagem Profissional - Nurap, visando proporcionar-lhes a oportunidade de obterem melhor aproveitamento do programa educativo ministrado pelas entidades e prepará-los para o mercado de trabalho. Ao longo de sua permanência na CESP, por meio de um conjunto de ações integradas, eles passam por processo educativo que abrange sua profissionalização e a socialização para o ambiente do trabalho. No ano de 2007 foram destinadas ao Programa de Aprendizes 69 vagas.

• Saúde

Sempre foi uma característica da CESP a atenção com a saúde dos empregados. Tal fato se evidencia por sua atuação, que excede o cumprimento das exigências legais tanto em ações afirmativas na área de saúde, promovendo campanhas e programas, como no estabelecimento do perfil dos exames médicos complementares, que vão além das exigências legais, acompanhados através do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Em 2007, a CESP adquiriu 1.516 doses de vacina antigripal e procedeu à vacinação dos empregados como ação de medicina preventiva de preservação da saúde do corpo funcional.

Promoveu ações preventivas nas unidades:

- Semana de Controle da Pressão Arterial dos empregados lotados na Unidade de Produção de Jupiá;
- Programa de Controle de Glicemia e da Pressão Arterial, e Colesterol, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, na Capital;
- Caminhadas matinais na Unidade de Produção de Ilha Solteira/Três Irmãos;
- Medidas de Prevenção do Risco de Doença cárdio-vascular e da tireóide durante o exame periódico, com a realização de exames específicos, bem como a triagem dos empregados acima de 50 anos para a prevenção de tumor de colon.
- Programa de Controle de Peso e Pressão Arterial do grupo de mergulhadores em Ilha Solteira.
- Campanha de combate ao mosquito da dengue, com realização de palestras e orientações aos empregados de Ilha Solteira e Três Irmãos;
- Tratamento preventivo da dengue, com medicação homeopática aos empregados de Ilha Solteira e Três Irmãos;
- Realização de programa de promoção do consumo de frutas e hortaliças, em parceria com o Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Publica da USP, aos empregados da Capital;
- Contratação do Serviço de Atendimento Área Protegida - 24 horas, que consiste no transporte de pessoas que apresentam problemas de saúde ou lesões decorrentes de acidentes, através de ambulância simples ou, se for o caso, com o UTI - Unidade de Terapia Intensiva e médico, para algum tipo de recurso médico de primeiros socorros.
- Realização da Semana da Saúde, com atividades voltadas aos cuidados com a saúde como: aplicação de testes sobre qualidade de vida, estresse e auto-estima, com devolutivas e orientações específicas de acordo com os resultados; orientações básicas de saúde integrada, qualidade de vida, e cuidados com a pressão arterial; distribuição de guia alimentar para a saúde do coração: "quick massage": palestra e teatro com enfoque na prática de hábitos saudáveis.

• Serviço Social

A CESP tem como marca o interesse pelo bem-estar social, físico e psicológico dos empregados. Investe nesse serviço e na capacitação de seus profissionais.

Ao longo desse período vem aprimorando e ampliando suas atividades referentes aos programas de ações preventivas e corretivas, em conjunto com a área de Medicina do Trabalho, tais como:

- Ações desenvolvidas com intuito de melhorar a qualidade de vida dos empregados da empresa na promoção da saúde e bem-estar físico, social e psicológico. Estes trabalhos foram realizados através de palestras motivacionais, vivências, workshops, música e massagem;
- Orientações e esclarecimentos quanto à importância de controle da pressão arterial, cuidado e uso consciente da voz; medição do colesterol dos empregados lotados nas unidades de São Paulo e adjacências;
- Realização de palestras preventivas sobre diversos temas como: dependência química, economia doméstica, relacionamento familiar, prevenção, controle e combate dos possíveis focos do mosquito da dengue, segurança ambiental, auto-estima e relacionamento no trabalho, filmes, fotos e vídeos objetivando a prevenção de acidentes, etc.;
- Conscientização dos empregados, quanto a importância do exame médico periódico e na prevenção e cuidados com a saúde e bem-estar;
- Entre os meses de agosto a novembro de 2007 foram realizados 188 atendimentos individuais, por meio de orientações e encaminhamentos das demandas apresentadas (funeral, convênios médicos, visitas domiciliares e hospitalares, orientação financeira, readaptação funcional, etc.);
- Atendimentos individualizados como um canal e meio confidencial para ouvir os empregados;
- Participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT, oferecendo temas que contribuam com problemáticas identificadas pelo Serviço Social.

• Segurança do Trabalho

O compromisso com a promoção da saúde e da segurança do conjunto de seus colaboradores é um valor institucional presente desde a criação da CESP, que se consolidou ao longo de sua história. Este compromisso vem sendo comprovado pelas excelentes taxas de segurança obtidas nas suas Unidades de Produção.

Em 2006, foram atingidos recordes na Unidade de Produção de Jupiá, que completou 1.825 dias (1.839.854 homens/horas expostos ao risco) sem acidentes com afastamento de empregados e na Unidade de Produção de Ilha Solteira e Três Irmãos que completou 1.432 dias (1.641.522 homens/horas expostos ao risco), também sem acidentes com afastamento de empregados.

Com foco na prevenção de acidentes e visando o bem-estar dos colaboradores e prestadores de serviços, a equipe de segurança do trabalho desenvolveu atividades rotineiras de inspeções nas instalações da CESP, destacando-se as seguintes atividades:

- Avaliações ambientais nas diversas Unidades da Companhia;
- Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais, atendendo a determinação legal - NR 9.
- Suporte na elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário.
- Relatórios, pareceres técnicos e laudos para as questões dos adicionais de insalubridade e periculosidade - NR 15.
- Treinamentos (NR-10, Cipa, Brigada de Incêndio, Procedimentos de Segurança);
- Implantação do Sistema de Cadastro de Treinamento, objetivando melhor gestão dos treinamentos de segurança, incluindo a emissão de certificados.
- Assessoramento da CIPA das Unidades (Processo Eleitoral, Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, etc) - NR 5.

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

- Participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (interior e Capital) - NR 5.
- Determinação, juntamente com a área técnica, das vestimentas de proteção contra arco elétrico (NR 10), bem como a elaboração de Normas e Procedimentos, especificamente para controle e higienização das vestimentas.
- Investigação e análise de acidentes do trabalho.
- Elaboração de relatórios estatísticos de acidentes mensais e anuais de todas as unidades da Companhia.
- Suporte e assessoria a todas as unidades Companhia.
- Controle das empreiteiras e prestadores de serviços, incluindo exigências de atendimento NR 10.
- Participação em Reuniões com órgãos e entidades ligados à Segurança e Saúde no Trabalho (Funcoge, CSPE, Sindicatos, Fundacentro, etc)

• Conquista da Medalha Eloy Chaves

Referente ao ano de 2006, prêmio que contempla as empresas que possuem os melhores índices de acidentes de trabalho.

• Programa de Voluntariado Empresarial

A Companhia, desde 2005, implantou o Programa de Voluntariado Empresarial que tem como objetivo incentivar e apoiar esses empregados a utilizarem suas habilidades em ações que promovam a cidadania e, desta forma, ampliar a participação da Companhia nas ações ligadas à Responsabilidade Social, intensificando sua interação com a comunidade do entorno.

O programa que desenvolve ações integradas com ênfase educacional e de cidadania, contou com 20 voluntários ativos, totalizando 615 horas de trabalho voluntário doadas pela Companhia, sendo que a mesma quantidade de horas é doada pelo empregado no seu período de descanso. No período foram beneficiadas 1.016 pessoas, em diversas ações sociais:

- Aplicação de Massagem Shantala em Bebês
- Campanha de Arrecadação "Natal Solidário"
- Contadores de História (apresentação em creches e orfanatos)
- Curso de Alfabetização de Adultos
- Curso de Informática
- Curso de Inglês
- Curso Matemática Inclusiva (Reforço Escolar)
- Energia da Terra - Plantação e distribuição de hortaliças às entidades cadastradas
- Esportes (futebol, xadrez e tênis)
- Manutenção (serviços de elétrica, hidráulica, mecânica e predial)
- Palestras: Orçamento Familiar, Dependência Química e Higiene Bucal.

• Recepção de visitantes

Em 2007 a Companhia recepcionou um total de 72.147 visitantes em suas unidades localizadas no interior do Estado, trabalho que possibilita que estudantes, técnicos, especialistas e o público em geral tenham oportunidade de conhecer de perto as atividades desenvolvidas pela CESP, tanto técnicas e operacionais quanto as voltadas para a questão ambiental e de sustentabilidade empresarial.

• Programa de Visita de Empregados a Unidades do Interior

No Programa de Visita de Empregados a Unidades do Interior, os empregados tiveram a oportunidade de conhecer a Usina Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera); Centro de Produção de Mudas e Museu de Memória Regional, em Primavera; obras da ponte Paulicéia-Brasilândia, sobre o rio Paraná; projeto Fazenda Santo Antonio; Novo Parque Figueiral; Porto XV e Complexo Maurício Joppert.

• Participação e Promoção de Eventos

Na busca do intercâmbio de informações e da ampliação de conhecimentos de seus especialistas e técnicos, a CESP participou de eventos externos: divulgação do plano de controle de cheias da CESP; 19º Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE); seminários da RPPN da Foz do Aguapeí; 3º Simpósio de Água e Energia; 4º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (ENASE); 49º Congresso Brasileiro do Concreto; 4º Congresso Internacional de Gestores e Operadores do Mercado de Capitais; 8º Encontro de Negócios de Energia; 27º Seminário Nacional de Grandes Barragens; 12º Encontro Íbero-americano do Cigré; 9º Encontro para Debates de Assuntos de Operação (EDAO).

Os eventos realizados na Companhia, visando o público interno foram: Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT); Semana Interna de Meio Ambiente (SIMA); Mérito CESP; Programa de Sustentabilidade; Prêmio CESP de Produtividade e Qualidade; curso sobre monitoramento e estudo de migração de peixes; seminário sobre conservação e manejo de onças-pintadas, entre outros.

• Divulgação externa

A CESP participou do 3º Encontro de Jornalistas do Mato Grosso do Sul com cerca de 100 profissionais e acadêmicos de várias cidades daquele estado. Os temas do encontro foram Política, Meio Ambiente e Industrialização. A atuação da Empresa teve como objetivo estreitar o relacionamento com a imprensa em importante área de atuação da CESP.

As ações da CESP divulgadas para a imprensa externa foram destaque em dois meses consecutivos no "site" da Companhia que faz a distribuição das matérias para veículos de todo o país. O release sobre participação da CESP em estudo internacional sobre o peixe armado foi um dos 20 mais acessados dentre um total de 4.438 divulgados por essa empresa. Em agosto, o destaque foi matéria sobre o Centro de Conservação do Cervo do Pantanal, uma das vinte mais lidas dentre as 5.160 divulgadas.

VI. GESTÃO PELA QUALIDADE

• Certificação ISO

Como produto dos seus programas de melhorias, a CESP tem buscado manter a certificação ISO na empresa, obtendo visibilidade dentro do cenário internacional, com ganhos de transparência em seus processos e dentro de conceitos universais, associados à norma. Os sistemas de gestão da Qualidade foram avaliados pelas Certificadoras: Fundação Vanzolini e Bureau Veritas Certificacion e encontrados em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001:2000 tendo sido mantidos os seguintes processos operativos:

- "Geração de Energia Elétrica em 13,8 kV da Usina Hidrelétrica Engº. Souza Dias (Jupiá)";
- "Avaliação da Segurança de Barragens da CESP" - Divisão de Engenharia de Manutenção Civil e Segurança de Barragens;
- "Controle da Produção de Energia Elétrica da CESP" - Centro de Controle de Produção;
- "Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Empregados da CESP" - Divisão de Programação e Gestão da Manutenção.

O escopo da Usina Hidrelétrica Ilha Solteira foi ampliado para "Geração de Energia Elétrica em 14,4 kV da Unidade de Produção Ilha Solteira/Três Irmãos".

Prevê-se para o 1º semestre de 2008 a certificação ISO 9001:2000 na UHE Sérgio Motta, Divisão de Engenharia de Manutenção Eletromecânica e Divisão de Engenharia de Manutenção Civil e Segurança de Barragens.

• Tecnologia da Informação

A CESP desenvolveu as seguintes atividades nessa área:

- Foram reestruturadas redes das unidades de produção da CESP (UHE Engº. Sérgio Motta, UHE Engº. Souza Dias, UHE Ilha Solteira, UHE Três Irmãos, UHE Paraibuna e UHE Jaguari), melhorando a performance e a segurança no tráfego de dados em rede, além de proporcionar o incremento na otimização de equipamentos e na disponibilização de sistemas e serviços em rede.
- A capacidade de transmissão de dados por meio dos canais de comunicação entre a sede e as unidades de produção da Companhia foi aumentada significativamente. Além da capacidade, a quantidade de pontos da rede WAN da CESP foi acrescida, interligando também escritórios da engenharia em Presidente Epitácio, o canteiro de obras da ponte sobre o rio Paraná em Paulicéia, o zoológico da UHE Ilha Solteira e centro de conservação do cervo do pantanal em Promissão. A ampliação na quantidade e capacidade de links de comunicação de dados proporcionou incremento na agilidade dos processos administrativos, bem como melhorias às informações técnicas e corporativas pelo seu corpo funcional.
- Foi iniciada a implantação do software de colaboração Lotus Notes que propicia agilidade na troca de informações entre as unidades organizacionais da CESP e serve como base para a implementação de sistemas de acompanhamento do fluxo de informações e de processos da Companhia.
- Foi implantado um novo Sistema de Recursos Humanos que permite a descentralização do processamento da folha de pagamento e a disponibilização de informações importantes dos empregados distribuídos em São Paulo, Porto Primavera, Jupiá, Ilha Solteira, Paraibuna e Jaguari.
- Foi dada continuidade na implementação e integração no ambiente Cliente Servidor e nas páginas da Intranet dos aplicativos de faturamento, monitoramento de transformadores e sistema de acompanhamento da geração hidráulica.
- Aquisição de cerca de 200 equipamentos entre microcomputadores e notebooks e remanejamento de existentes, promovendo melhorias nos equipamentos de aproximadamente 500 empregados.

• Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A formalização do Contrato de Concessão com a ANEEL, em 12 de novembro de 2004, possibilitou à CESP o investimento de 1% da Receita Operacional Líquida - ROL em P&D, de acordo com a Lei nº 9.991/2000. Dessa forma, estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades:

- **1º ciclo (2005/2006):** Para esse ciclo foram destinados ao programa R$ 21.035 mil, sendo R$ 8.414 mil para o desenvolvimento de 25 projetos, aprovados pela ANEEL, sob gestão direta da CESP e o restante subdividido em R$ 8.414 mil pagos ao FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R$ 4.207 mil ao MME - Ministério de Minas e Energia. Nos 25 projetos próprios da CESP, em execução em 2007, com custo total de R$ 8.018 mil, foram investidos até dezembro o montante de R$ 2.491 mil.
- **2º ciclo (2006/2007):** Em julho de 2007 iniciou-se um projeto cooperado CESP/EMAE para avaliar a qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings em função do início de testes do sistema de flotação, com duração de 12 meses e custo total de R$ 23.296 mil. Até dezembro de 2007 foram despendidos nesse projeto R$ 9.412 milhões. Com relação aos pagamentos ao FNDCT e ao MME, foram destinadas as quantias de R$ 8.354 mil e R$ 4.177 mil, respectivamente.
- **3º ciclo (2007/2008):** Para esse ciclo serão destinados ao programa R$ 21.451 mil, sendo R$ 8.580 para o desenvolvimento de projetos sob gestão direta da CESP e o restante subdividido em R$ 8.580 mil a serem pagos ao FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R$ 4.291 mil ao MME - Ministério de Minas e Energia.

• BSC - Balance Scorecard

O monitoramento dos indicadores estabelecidos em função dos objetivos estratégicos corporativos, permitiu o acompanhamento do desempenho das estratégias traçadas pela Companhia.

É meta da Companhia, para o próximo ano, a atualização do plano estratégico para contemplar as ações previstas no processo de sustentabilidade empresarial

• Prêmio CESP de Produtividade e Qualidade

A quarta edição do Prêmio CESP de Produtividade e Qualidade 2007 foi realizada em novembro, com a criação de duas categorias, Tecnologia e Gestão. Foram inscritos 144 projetos nas duas categorias, onde na categoria Tecnologia, foram apresentados projetos que envolviam soluções baseadas em implementações técnicas que tinham foco na melhoria do desempenho em atividades relacionadas à geração de energia elétrica e, na categoria Gestão, para os trabalhos que envolviam os demais assuntos da Empresa, como organização, recursos humanos, finanças, suprimentos, administração, em que os ganhos foram apresentados na forma de inovação de processos, redução de gastos e tempo dos procedimentos.

Participaram dos projetos um total de 256 funcionários de toda a empresa. O projeto Mecanismo para Limpeza das Grades da Tomada D'Água da UHE Sérgio Motta, com cinco autores foi vencedor na Categoria Tecnologia e o projeto Sistema de Gestão da Produção em Usinas (SGPU), com 6 autores, foi vencedor na Categoria Gestão.

• Ouvidoria

A CESP por meio da ouvidoria disponibiliza a clientes, fornecedores e cidadãos um canal de relacionamento, com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de forma a provocar ações de transformação interna e aumentar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Destacamos que 87% das manifestações recebidas pela ouvidoria são competência de outros órgãos.

VII. BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo		**2007 R$ Mil**			**2006 R$ Mil**	
Receita líquida (RL)		2.181.706			2.043.304	
Resultado operacional (RO)		1.020.914			775.133	
Folha de pagamento bruta (FPB)		181.940			163.544	
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ Mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	6.626	3,64%	0,30%	5.915	3,62%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	38.982	21,43%	1,79%	36.965	22,60%	1,81%
Previdência privada	7.049	3,87%	0,32%	6.552	4,01%	0,32%
Saúde	9.143	5,03%	0,42%	7.418	4,54%	0,36%
Capacitação e desenvolvimento profissional	638	0,35%	0,03%	404	0,25%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	70	0,04%	0,00%	79	0,05%	0,00%
Outros	111	0,06%	0,01%	230	0,14%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	62.619	34,42%	2,87%	57.563	35,20%	2,82%
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	1.795	0,18%	0,08%	1.500	0,19%	0,07%
Total das contribuições para a sociedade	1.795	0,18%	0,08%	1.500	0,19%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais) (1)	499.528	48,93%	22,90%	408.808	52,74%	20,01%
Total - Indicadores sociais externos	501.323	49,11%	22,98%	410.308	52,93%	20,08%
4 - Indicadores Ambientais	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a operação da empresa	27.236	2,67%	1,25%	13.838	1,79%	0,68%
Total dos investimentos em meio ambiente	27.236	2,67%	1,25%	13.838	1,79%	0,68%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		**2007**			**2006**	
Nº de empregados(as) ao final do período		1.369			1.403	
Nº de estagiários(as)		43			42	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		919			889	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		201			206	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		12,00%			12,10%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		27			9	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		**2007**			**Metas 2008**	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		21,6			21,9	
Número total de acidentes de trabalho		7 com afastamento e 13 sem afastamento 14			1 com afastamento e 2 sem afastamento 14	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): (1)	**Em 2007: 2.048.331**			**Em 2006: 2.034.415**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20% governo (6%) acionistas	11% colaboradores(as) 75% terceiros 0% retido		20% governo (6%) acionistas	11% colaboradores(as) 75% terceiros 0% retido	

(1) Anexo II - Informações Suplementares

VIII. MERCADO DE CAPITAIS - REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA CESP

Durante o ano de 2007, a CESP continuou as ações que têm proporcionado a diminuição do seu grau de endividamento, visando melhoria de sua estrutura de capital, alongamento do perfil da sua dívida e aumento de seu EBITDA.

Logo no início do exercício findo, em 22/01/2007, a CESP emitiu no mercado financeiro internacional, sua 8ª série de Notas, dentro de um Programa de Notas de Médio Prazo de até US$ 1,4 bilhão.

Esta série, no montante de R$ 750,0 milhões, equivalentes à época de sua emissão a aproximadamente US$ 350,0 milhões, foi emitida em Reais. Foi a primeira emissão em Reais no exterior efetivada por uma empresa brasileira, uma vez que anteriormente somente Bancos e o Tesouro Nacional haviam realizado uma operação estruturada desta forma.

As notas são indexadas ao IPCA, o mesmo índice que corrige os contratos comerciais da Companhia, acrescida de uma taxa de juros anual de 9,75% a.a., por um prazo de 8 anos, vencendo em janeiro de 2015.

Relativamente à captação de recursos no mercado nacional, desde o final de 2006 a CESP vinha preparando a sua 4ª emissão de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC IV, no valor de R$ 1.250 milhões, cuja conclusão deu-se em 18/06/2007, com prazo total de 10 anos, incluindo carência de 5 anos.

A redução da dívida financeira de dezembro de 2006 para dezembro de 2007, foi da ordem de R$ 450 milhões, aproximadamente 10%, sendo que a dívida em moeda nacional aumentou cerca de R$ 1,1 bilhão, enquanto a representada por moeda estrangeira teve decréscimo de R$ 1,6 bilhões.

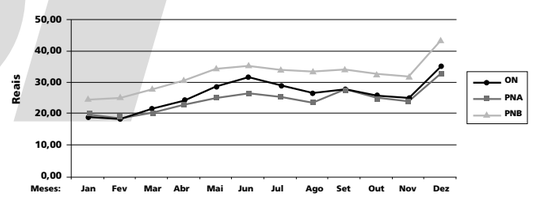
Com relação ao mercado de capitais, a CESP, atendendo orientação da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, procedeu ao "Grupamento de suas ações, que passaram a ter Cotação Unitária", conforme deliberações do Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de julho de 2007 e da Assembléia Geral Extraordinária, de 26 de julho de 2007.

A CESP cumpriu rigorosamente o "Procedimento para Ajuste da Posição Acionária" e em 30 de julho de 2007, conforme estabelecido no Aviso aos Acionistas publicado em 27 de julho de 2007, iniciou-se o período de ajuste das posições acionárias, por um prazo de 33 dias, que encerrou-se em 31 de agosto de 2007, possibilitando que cada acionista, a seu livre arbítrio, por meio de compra ou venda de ações, fizesse os necessários ajustes em suas posições acionárias em lotes múltiplos de 1.000 (mil) ações, para que não fossem geradas frações após a efetivação do grupamento.

A partir de 03 de setembro de 2007, transcorrido o prazo de ajuste, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas grupadas e cotadas em Reais por ação. O somatório das frações de ações resultantes do grupamento de todas as sobras foi vendido em Leilões realizados em setembro de 2007, na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. Após a liquidação financeira dos leilões, em 28 de setembro de 2007, os valores resultantes da alienação foram disponibilizados aos respectivos Acionistas.

Além de ações na BOVESPA, a CESP também tem títulos negociados no mercado de balcão norte-americano, sob a forma de ADR (American Depositary Receipt) - Nível 1, Over-The-Counter (OTC), sob os códigos CUSIP 20440P407, para os recibos preferenciais e 20440P308 para os recibos referentes às ações ordinárias, que anteriormente ao grupamento tinham uma relação de 1 ADR para 300 ações preferenciais de classe A e 1 ADR para 3.000 ações ordinárias. Após o grupamento, todas as negociações de valores mobiliários da Companhia tornaram-se uniformes, isto é, cada ação ordinária ou preferencial de classe A corresponde a 1 ADR.

IX. DESEMPENHO DAS AÇÕES DA CESP 2007



Ações/ Data	31/01/07	28/02/07	30/03/07	30/04/07	31/05/07	29/06/07	31/07/07	31/08/07	28/09/07	31/10/07	30/11/07	28/12/07
ON	19,19	18,40	21,50	24,20	28,50	31,40	28,95	26,47	27,70	25,50	24,50	35,30
PN A	19,50	18,55	20,60	22,99	25,10	26,50	25,30	24,00	27,50	25,25	24,00	33,01
PN B	24,70	25,05	28,00	30,63	34,30	35,25	34,12	33,49	34,00	32,80	31,73	43,43

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais totais atingiram R$ 2.626 milhões em 2007, com crescimento de 9,5% em relação a 2006, resultado obtido principalmente com o aumento no volume de energia e preços no segmento de fornecimento a consumidores livres, além do suprimento de energia às distribuidoras, suprimento a agentes comercializadores (ambiente não regulado), e pela venda de energia dos contratos de leilão (Nota 24.3).

O Custo do Serviço de energia elétrica apresentado na Demonstração do Resultado, que totalizou R$ 1.161 milhões em 2007, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica (encargos setoriais), Custo com Operação e Despesas Operacionais, apresentou elevação em relação ao exercício anterior, impactado principalmente por maiores despesas com provisão para realização de créditos e provisões operacionais, encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema de transmissão com tarifas determinadas pela ANEEL, além de outras despesas que apresentaram aumento e/ou redução no exercício.

Em decorrência dos aspectos operacionais, o Resultado do Serviço atingiu R$ 1.021 milhões, neste exercício.

O resultado financeiro (negativo) decorre do endividamento da Companhia. A dívida em moeda estrangeira que representa 36%, foi beneficiada pela valorização do real frente ao dólar norte-americano da ordem de 17,15%, proporcionando a reversão de R$ 520 milhões em variações cambiais (positivas). Em contraposição, a apropriação de despesas de encargos sobre dívidas atingiu o total de R$ 502 milhões (moeda nacional e estrangeira), além de despesas de variações monetárias nacionais, da ordem de R$ 327 milhões (Nota 26).

Decorrente do lucro contábil verificado, e da liquidação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (parcelas de principal), e, face à opção da Companhia (regime de caixa) para fins de tributação das variações cambiais positivas (líquidas) realizadas, foi apurado em 2007, lucro fiscal tributável, com apropriação a resultado de despesa com imposto de renda e contribuição social, recolhidos com base na legislação (Nota 28).

Face aos eventos comentados, e, após a apropriação de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo/passivo) sobre variações cambiais realizadas, e devidos sobre o lucro fiscal tributável, a Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R$ 179 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nos exercícios de 2006 e 2007, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2007	2006
CIRCULANTE			
Disponibilidades	2	18.192	201.728
Aplicações financeiras	2	661.514	126.844
Consumidores	3	95.288	76.535
Revendedores	3	197.000	191.510
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE	4	56.206	232.603
Valores a receber	5	47.930	38.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	(27.669)	(24.958)
Tributos e contribuições compensáveis	6	19.398	10.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	63.510	50.157
Almoxarifado		13.418	13.435
Despesas pagas antecipadamente	9	84.966	93.280
Outros créditos	10	66.993	38.423
		1.296.746	1.049.124
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber - Energia livre/RTE	4	–	13.294
Valores a receber	5	38.284	45.931
Cauções e depósitos vinculados	7	222.730	149.626
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	609.382	686.570
Despesas pagas antecipadamente	9	80.028	164.469
Outros créditos	10	1.573	3.211
		951.997	1.063.101
Investimentos	11	78.022	126.624
Imobilizado	12	17.321.033	17.436.132
		17.399.055	17.562.756
		18.351.052	18.625.857
TOTAL DO ATIVO		19.647.798	19.674.981

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2007	2006
CIRCULANTE			
Fornecedores		67.994	63.992
Supridores de energia elétrica/Encargos de uso da rede elétrica		103.207	50.486
Tributos e contribuições sociais	13	111.039	62.087
Tributos e contribuições sociais - REFIS	14	32.803	33.613
Encargos de dívidas	15	88.048	122.220
Empréstimos e financiamentos	15	467.417	1.227.948
Valores a pagar	16	37.653	32.012
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	17	572.595	452.624
Entidade de previdência privada a empregados	18	44.327	37.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	133.248	105.695
Taxas regulamentares	19	60.489	75.568
Obrigações estimadas e folha de pagamento		21.630	17.503
Provisão para contingências	20	115.484	104.439
Outros	21	98.327	92.168
		1.954.261	2.477.478
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	15	3.108.555	3.826.714
Valores a pagar	16	169.860	176.561
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	17	2.075.244	1.163.617
Entidade de previdência privada a empregados	18	138.530	497.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	468.755	437.285
Tributos e contribuições sociais	13	362.280	341.814
Tributos e contribuições sociais - REFIS	14	149.717	173.189
Taxas regulamentares	19	8.401	12.151
Provisão para contingências	20	778.665	284.817
Outras obrigações		15.481	15.481
Outros	21	92.996	122.399
		7.368.484	7.051.041
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.1	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	23.3	4.349.620	5.542.119
Prejuízos acumulados	23.3	–	(1.371.090)
		10.325.053	10.146.462
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.647.798	19.674.981

As notas explicativas anexas e informações suplementares são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais, exceto lucro ou prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL			
Receitas com Energia			
Fornecimento de energia		772.280	609.010
Suprimento de energia - Contratos		546.080	529.152
Suprimento de energia de leilões		1.192.801	1.130.515
Energia de curto prazo		113.611	128.626
	24.3	2.624.772	2.397.303
Outras receitas		741	833
		2.625.513	2.398.136
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL			
Quota para reserva global de reversão - RGR		(65.141)	(69.240)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(21.668)	(17.033)
ICMS s/fornecimento de energia		(121.160)	(90.070)
COFINS s/receitas operacionais		(192.096)	(172.418)
PIS s/receitas operacionais		(41.702)	(37.429)
COFINS/PIS s/receitas de Contratos Iniciais (Lei nº 11.196/05)		–	62.008
Passivo regulatório - COFINS/PIS s/receitas de contratos iniciais		(2.040)	(30.650)
		(443.807)	(354.832)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.181.706	2.043.304
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica			
Encargo de uso do sistema de transmissão	24.4	(311.006)	(313.186)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos		(160.279)	(161.972)
Energia de curto prazo - CCEE	24.4	(47.027)	(2.367)
		(518.312)	(477.525)
Custo com operação			
Pessoal e Administradores		(46.274)	(43.933)
Entidade de previdência privada a empregados		277.446	(3.845)
Material		(5.049)	(4.317)
Serviços de terceiros		(21.984)	(18.402)
Depreciação		(473.304)	(475.317)
Outras		(14.649)	(10.525)
		(283.814)	(556.339)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.379.580	1.009.440
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(162.212)	(155.912)
Outras despesas operacionais		(196.454)	(78.395)
	25	(358.666)	(234.307)
RESULTADO DO SERVIÇO		1.020.914	775.133
RESULTADO FINANCEIRO	26	(314.276)	(889.298)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		706.638	(114.165)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	(254.654)	(29.266)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**451.984**	**(143.431)**
Imposto de renda corrente	28	(108.406)	(67.473)
Contribuição social corrente	28	(42.129)	(26.519)
Imposto de renda diferido	8	(91.185)	87.141
Contribuição social diferida	8	(31.673)	31.917
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(273.393)	25.066
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**178.591**	**(118.365)**
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações no final do exercício - R$		0,55	(0,36)

As notas explicativas anexas e informações suplementares são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

	2007	2006
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	178.591	(118.365)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	479.056	480.657
Juros, variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	(252.045)	197.852
Baixa de investimentos por alienação	49.092	7.396
Baixa de ativo imobilizado por alienação	69.538	2.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo/passivo)	122.858	(119.058)
Entidade de previdência privada a empregados	(284.495)	(2.707)
Obrigações fiscais - COFINS	18.111	23.210
Provisão p/perda de ativos de longo prazo	–	16.818
Provisão p/contingências - não operacional	270.887	11.951
Taxas regulamentares - RGR	8.401	12.151
Outras	(603)	1.554
Total originado das operações	659.391	513.828
De terceiros		
Subscrição e integralização de capital	–	3.200.000
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.292.913	1.402.565
Transferência do passivo circulante para o passivo não circulante	16.930	–
Transferência do ativo não circulante para o circulante	171.406	150.575
	2.481.249	4.753.140
Total das origens	3.140.640	5.266.968
APLICAÇÕES		
Em investimentos	490	–
Em ativo imobilizado	185.895	235.135
Aumento do ativo não circulante	104.932	7.808
Cauções e depósitos vinculados	51.106	40.208
Despesas pagas antecipadamente - antecipação de juros	–	164.469
Transferência de empréstimos de longo prazo para o passivo circulante	1.860.170	3.798.864
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	167.208	204.681
Total das aplicações	2.369.800	4.451.165
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	770.839	815.803
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício	1.049.124	603.190
No fim do exercício	1.296.746	1.049.124
Aumento do ativo circulante	247.622	445.934
Passivo circulante		
No início do exercício	2.477.478	2.847.347
No fim do exercício	1.954.261	2.477.478
Redução do passivo circulante	(523.217)	(369.869)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	770.839	815.803

As notas explicativas anexas e informações suplementares são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL (NOTA 23.3)	PREJUÍZOS ACUMULADOS (NOTA 23.3)	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2005	2.775.433	5.542.119	(1.252.725)	7.064.827
Aumento de capital	3.200.000	–	–	3.200.000
Prejuízo do exercício	–	–	(118.365)	(118.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	5.975.433	5.542.119	(1.371.090)	10.146.462
Lucro líquido do exercício	–	–	178.591	178.591
Absorção do saldo de prejuízos acumulados	–	(1.192.499)	1.192.499	–
Saldos em 31 de dezembro de 2007	5.975.433	4.349.620	–	10.325.053

As notas explicativas anexas e informações suplementares são partes integrantes das demonstrações financeiras

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E PRÁTICAS CONTÁBEIS

(Dados relacionados à potência e energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1. Contexto Operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa e desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa. Como conseqüência a Administração da Companhia vem aperfeiçoando ainda mais a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 12.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 53% da potência hidráulica instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupiá, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 8,4% da energia assegurada do país, de origem hidráulica.

Da receita operacional da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2007, 66% (69% em 31 de dezembro de 2006) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às Distribuidoras (contratos de compra de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 29% (26% em 31 de dezembro de 2006) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 24.3).

1.2 Comercialização de Energia

Leilões de Energia

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de Compra de Energia proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes e dois leilões de Compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos.

A CESP vendeu 2.288 MW médios de Energia Existente e 230 MW médios de Energia Nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	94,91

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	114,83

Os preços obtidos no 1° Leilão (Produtos 2005, 2006 e 2007) estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 24.2).

Da mesma forma os Produtos 2008, 2009 e 2010 serão atualizados pelo IPCA nas datas de reajuste tarifário das Distribuidoras com a ANEEL.

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e em conformidade com as instruções complementares contidas no Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.4. Principais Práticas Contábeis

(a) Aplicações Financeiras
As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b) Consumidores e Revendedores
As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

(c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores e outros créditos.

(d) Almoxarifado
Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

(e) Investimentos
As participações societárias em outras empresas, além de outros investimentos, estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

(f) Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.
A partir do exercício de 2007 a despesa de depreciação passou a ser calculada de acordo com as taxas estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.
Em virtude do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.
Os custos indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.
A Companhia revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizadas no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

(g) Empréstimos, Financiamentos e Outras Obrigações
Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.
Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

(h) Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento
Esta rubrica inclui as provisões sobre folha de pagamento de férias, gratificações de férias e encargos sociais sobre férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

(i) Outros Direitos e Obrigações
Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

(k) Provisão para Contingências
Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

(l) Planos de Benefícios pós Aposentadoria
A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000. A partir de 2005, os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

(m) Apuração do Resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(n) Estimativas
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

(o) Classificação de Despesas de Operações Descontinuadas
As despesas decorrentes da cisão das operações de determinadas empresas (usinas), constituídas para fins de privatização, cujo protocolo de cisão estabeleceu que a responsabilidade pelo pagamento das ações judiciais existentes até 31 de março de 1999 é da CESP, são classificadas como resultado não operacional.

(p) Lucro Líquido (prejuízo) por Ação
Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

(q) Reclassificações
Foram efetuadas algumas reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, para adequar sua apresentação ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado desse exercício de 2007. As principais reclassificações do exercício de 2006, foram nas seguintes rubricas: **a)** Ativo Caução e depósitos vinculados referente depósitos judiciais - cindidas transferido do Imobilizado, **b)** Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos (circulante) parcela transferida do não circulante, e **c)** Demonstração do resultado, rubrica de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D transferido do grupo Custo com operação - outras, **d)** Entidade de previdência privada a empregados incluída no grupo de Custo com operação, e **e)** Resultado não operacional onde algumas despesas foram transferidas para o grupo Custo com operação - outras, com conseqüente reflexo dessas reclassificações, nas Demonstrações de origens e aplicações de recursos, e nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado (Informações suplementares - anexo I e II).

2. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2007	2006
Numerário Disponível			
Depósitos bancários à vista		18.192	201.728
Aplicações Financeiras			
Banco Nossa Caixa S.A. - SIAFEM (a)	Fundo	655.219	88.535
Banco Nossa Caixa S.A	CDB/CDI	4.452	37.943
Banco Bradesco S.A	CDB/CDI	1.837	360
Outras Instituições	CDB/CDI	6	6
		661.514	126.844
		679.706	328.572

(a) Saldo remanescente do ingresso em 18/06/2007 de recursos do FIDC IV, no montante de R$ 1,25 bilhões, destinado ao fluxo de pagamentos vincendos.

3. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	2007			2006
	Vincendos	Vencidos	Total	Total
Consumidores				
Industrial	58.006	–	58.006	43.968
Comercial	494	–	494	385
Serviços públicos	17.738	19.050	36.788	32.182
	76.238	19.050	95.288	76.535
Revendedores				
Contratos de Compra de Energia	10.381	–	10.381	8.054
Agentes Comercializadores	47.128	–	47.128	47.501
Leilões de Energia	139.491	–	139.491	135.955
	197.000	–	197.000	191.510
	273.238	19.050	292.288	268.045

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 19.050 (em 2007 e 2006), para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores, além de R$ 8.619 (R$ 5.908 em 2006) relacionados a outros recebíveis, que não são consumidores ou revendedores de energia, registrados como Outros Créditos (Nota10(a)).

4. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE/ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

	2007	2006
Energia Livre	56.206	202.993
CCEE	–	42.904
	56.206	245.897

4.1. Energia Livre

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi instituído por ocasião do período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive a região Sudeste onde se encontra a CESP, no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um, sendo que à época a CESP respondia por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

O saldo a receber de R$ 310.533 referente a estes créditos (ativo) está sendo recuperado através da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE" das distribuidoras, em parcelas mensais com prazo médio estabelecido no Acordo Geral do Setor Elétrico (contados desde dezembro de 2001).

A Companhia atualiza os saldos com cada distribuidora, conforme orientação do Ofício Circular ANEEL n° 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL n° 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 70,24% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os 29,76% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Com os recursos repassados, a CESP amortizou parcelas dos contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cujos saldos foram quitados antecipadamente em 14 de agosto de 2006.

Composição:

Energia Livre (RTE)	2007	2006
Saldo atualizado	310.533	353.084
Baixas	(137.558)	–
Provisão p/realização de créditos (acumulada)	(116.769)	(150.091)
Total	56.206	202.993
Energia Livre (RTE)		
- Circulante	56.206	189.699
- Não Circulante	–	13.294
	56.206	202.993

Em atendimento ao contido no item 16 do Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, a Companhia procedeu a baixa de valores a receber de distribuidoras cujos prazos para recuperação estabelecidos pela ANEEL se encerraram, no montante de R$ 137.558, bem como a reversão da provisão correspondente.

Para as demais distribuidoras, a CESP, com base em projeções internas, tem provisões constituídas no montante de R$ 116.769 para fazer frente às parcelas com expectativa de não realização no prazo estabelecido pela ANEEL. A CESP buscará seus direitos legais para o efetivo recebimento desses créditos com a Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia, baseada na legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico.

4.2. Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

Durante o exercício de 2007, a Companhia comercializou o montante de R$ 113.611 (R$ 128.626 em 2006) referente a energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE e despesas de energia no montante de R$ 47.027 (R$ 2.367 em 2006), decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país (Notas 24.3 e 24.4).

5. VALORES A RECEBER

		2007			2006
Devedor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
EMURB	– Processo 413/90	36.943	28.213	65.156	63.539
DAEE	– Cessão de Créditos	10.987	10.071	21.058	21.192
		47.930	38.284	86.214	84.731

5.1. EMURB

Refere-se a saldo de acordo firmado em 10 de janeiro de 2003, com a Empresa Metropolitana de Urbanização - EMURB, para recebimento em 8 parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final para 10 de janeiro de 2011, decorrente de ação de indenização por desapropriação.

5.2. DAEE

Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente a cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE com vencimento final para 21 de julho de 2008.

Em 26 de março e 25 de abril de 2007, foram firmados Termos Aditivos a esse contrato alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais e o valor da cessão de créditos para R$ 33 milhões, corrigidos nas condições já previstas.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	2007	2006
Circulante		
Imposto de renda (a)	9.228	4.223
Contribuição social (b)	1.493	665
Crédito de ICMS de terceiros (c)	267	144
COFINS a compensar (d)	4.928	4.585
PIS a compensar (d)	3.482	923
Outros	–	227
	19.398	10.767

(a) Saldo de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa.
(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa.
(c) Crédito de ICMS recebido de clientes, utilizado na compensação com recolhimento de ICMS vincendo.
(d) Refere-se a créditos de COFINS e PIS decorrentes de retenções na fonte e recolhimentos a maior. Com esses créditos, a Companhia vem compensando débitos de COFINS e PIS vincendos.

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2007	2006
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		
Depósitos vinculados a convênios	5.535	–
Depósitos ações de desapropriações (empresas cindidas) (b)	32.290	14.566
Cíveis	25.774	14.279
Ações trabalhistas - recursais	4.899	14.192
Ações tributárias	–	3.463
	68.498	46.500
Cauções		
Caução em quotas subordinadas - FIDC (a)	154.232	103.126
	222.730	149.626

(a) Refere-se a créditos caucionados equivalentes a quotas pertencentes à CESP, vinculadas aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (I - 75 quotas, II e III - 100 quotas cada e IV - 72 quotas) (Nota 17), respectivamente, que só poderão ser resgatadas no vencimento das últimas parcelas, concomitantemente à liquidação de cada fundo, em dezembro de 2009, outubro e agosto de 2010 e maio/2017. Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.
(b) Refere-se a saldo de depósitos judiciais em garantia de ações de desapropriações, de processos, envolvendo as Usinas das empresas cindidas (AES TIETÊ, DUKE ENERGY e CTEEP), iniciados antes de 31/03/1999, que pelo Protocolo de cisão parcial são de responsabilidade da CESP (Nota 20.1(c)).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente nos exercícios de 2000 e 2001, créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças intertemporais, conforme Deliberação CVM nº 273/98.

A manutenção dos créditos fiscais de Prejuízos fiscais - Imposto de renda e Base negativa de Contribuição social diferidos está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que visam determinar a recuperação dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. Essas projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2007 a 2016 e de 2009 a 2039 (Nota 1.2), contratos de compra e venda de energia e fornecimento de energia a consumidores livres, em contraposição à manutenção ou redução do nível de despesas operacionais e financeiras com conseqüente obtenção de resultados positivos.

Pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, foram estabelecidas diretrizes quanto ao reconhecimento contábil de créditos advindos de prejuízos fiscais e despesas temporariamente indedutíveis. Tendo em vista as disposições dessa Instrução, a Companhia deixou de constituir/registrar qualquer ativo adicional relacionado aos referidos créditos fiscais gerados a partir de 2002, face às perspectivas quanto à realização de novos créditos, dentro do limite de 10 anos previsto na Instrução.

Composição dos saldos:

	Ativo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda				
Prejuízos fiscais registrados até 2001 (a)	466.477	514.263	–	–
Diferenças intertemporais registradas até 2001	72.637	72.637	–	–
Prejuízos fiscais (2002 a 2005)	1.063.557	1.063.557	–	–
Diferenças intertemporais (2002 a 2007)	185.076	106.501	–	–
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	–	–	442.649	399.250
	1.787.747	1.756.958	442.649	399.250
Contribuição Social				
Base negativa registrada até 2001 (a)	120.495	136.544	–	–
Diferenças intertemporais registradas até 2001	13.283	13.283	–	–
Base negativa (2002 a 2005)	374.986	374.986	–	–
Diferenças intertemporais (2002 a 2007)	48.988	22.296	–	–
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	–	–	159.354	143.730
	557.752	547.109	159.354	143.730
Provisão sobre créditos tributários não registrados	**(1.672.607)**	(1.567.340)	–	–
	672.892	736.727	602.003	542.980

A Companhia optou pela utilização do regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas a partir do exercício de 2003. Como conseqüência, foram registrados no Passivo não circulante, Imposto de renda e Contribuição social diferidos às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais não realizadas sobre empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.

(a) Em 2007 foram realizados e compensados com recolhimentos o montante de R$ 63.835, sendo: prejuízo fiscal de R$ 47.786 e base negativa de R$ 16.049, decorrente de lucro tributável apurado e de adição de variações cambiais positivas e exclusão de variações cambiais negativas, por liquidação de parcelas de principal de contratos de empréstimos em moeda estrangeira (regime de caixa para tributação) no exercício, apropriado a débito do resultado.

Os saldos dos créditos registrados no total de R$ 672.892, deverão ser realizados no período de até 10 anos como demonstrado a seguir:

	Circulante	Não Circulante					
Exercício	2008	2009	2010	2011	2012	2013 e 2014	Total
Parcela estimada de realização	63.510	67.005	94.119	107.919	118.804	221.535	672.892

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro) estão respaldadas em projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, revisadas periodicamente, e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode diferir do projetado.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Do valor total de passivo, R$ 468.755 refere-se a parcelas de longo prazo, classificado no não circulante (R$ 437.285 em 2006).

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2007	2006
Circulante		
Juros s/empréstimos e financiamentos (a)	84.441	90.088
Imposto de renda s/remessa de juros (b)	–	3.192
Prêmio de seguros	525	–
	84.966	93.280
Não Circulante		
Juros s/empréstimos e financiamentos (a)	80.028	164.469
	80.028	164.469
	164.994	257.749

(a) Refere-se a saldo remanescente de juros pagos antecipadamente em agosto de 2006, sobre saldo do contrato BNDES/Brady, vencíveis bimestralmente até dezembro de 2009. À medida que estas parcelas vencerem, serão transferidas para resultado na rubrica "Encargos de dívidas em moeda estrangeira" (Notas 15.2(2)).

(b) Referia-se a compra de moeda estrangeira para pagamento de imposto de renda sobres juros de saldo do contrato referente ao Programa de Medium Term Notes Série 4 (Nota 15.2(3) (b4)).

10. OUTROS CRÉDITOS

	2007	2006
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	10.209	9.816
Crédito c/Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	4.283	3.532
Créditos diversos (a)	21.759	24.628
Depósitos vinculados - FIDC	18.308	–
Ordens de projetos - P & D	11.903	–
Outros	531	447
	66.993	38.423
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	–	1.625
Outros	1.573	1.586
	1.573	3.211
	68.566	41.634

(a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis estão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R$ 8.619 (R$ 5.908 em 2006 - Nota 3).

11. INVESTIMENTOS

	2007	2006
Investimentos avaliados ao custo		
Participações em Empresas		
EMAE (a)	37.260	36.770
CTEEP (b)	–	48.233
	37.260	85.003
Outros Investimentos		
Ações de empresas em projetos c/recursos do FINAM	34.352	34.352
Outros investimentos	6.410	7.269
	40.762	41.621
	78.022	126.624

(a) Participação com 6.790.167 ações ordinárias e 52.068 ações preferenciais da EMAE (participação de 46,17% das ordinárias e 0,23% das preferenciais), equivalente a 18,2% do capital total.

(b) Participação na CTEEP, equivalente a 1,62% do capital total, correspondente a 2.415.888.838 ações preferenciais, alienadas em abril de 2007 pelo valor de R$ 66.777.

12. IMOBILIZADO

	2007			2006	Taxas Anuais Médias de
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Depreciação (%)
Em Serviço					
Geração	21.963.864	(5.614.622)	16.349.242	16.594.707	2,15 %
Administração	201.542	(121.077)	80.465	78.423	3,89%
	22.165.406	(5.735.699)	16.429.707	16.673.130	
Em Curso					
Geração	820.536	–	820.536	694.180	
Administração	70.790	–	70.790	68.822	
	891.326	–	891.326	763.002	
	23.056.732	(5.735.699)	17.321.033	17.436.132	

Conforme Resolução nº 240, de 5 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a partir de 1º de janeiro de 2007, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica são de 2% a 7,1% para os bens vinculados à geração e de 2% a 5,9% para os bens de transmissão; 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Adicionalmente, apresenta-se o imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.2 a 12.4:

	2007				2006
	Custo Original Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos	682.221	81.551	–	763.772	752.138
Reservatórios, barragens e adutoras	8.678.364	5.743.553	(3.449.513)	10.972.404	11.091.223
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.873.428	992.765	(1.177.810)	1.688.383	1.749.772
Máquinas e equipamentos	3.088.049	986.414	(1.086.911)	2.987.552	3.072.707
Veículos	19.672	–	(10.588)	9.084	37
Móveis e utensílios	19.389	–	(10.877)	8.512	7.253
	14.361.123	7.804.283	(5.735.699)	16.429.707	16.673.130
Em Curso					
Terrenos	6.702	–	–	6.702	6.702
Reservatórios, barragens e adutoras	57.799	–	–	57.799	74.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.291	–	–	113.291	105.685
Máquinas e equipamentos em manutenção	101.644	–	–	101.644	92.327
Máquinas e equipamentos em montagem	33.888	–	–	33.888	91.914
Depósitos judiciais	144.190	–	–	144.190	130.585
Provisão p/indenizações/desapropriações	374.461	–	–	374.461	144.849
Outros	59.351	–	–	59.351	116.808
	891.326	–	–	891.326	763.002
	15.252.449	7.804.283	(5.735.699)	17.321.033	17.436.132

12.1. Imobilizado em Curso

A CESP concluiu as obras da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e da Eclusa, com sua última unidade geradora (14ª) do atual programa de expansão, colocada em operação em outubro de 2003. A usina tem capacidade de projeto, para até 1.980 MW de potência instalada. A Usina de Porto Primavera responde atualmente, por cerca de 21% da potência total da CESP, e por cerca de 26% da energia assegurada da Companhia.

O imobilizado em curso inclui, principalmente, saldos de obras em andamento e gastos com obras do reservatório, saldos de máquinas e equipamentos das usinas relevantes para manutenção do parque gerador, valores de medições de adiantamentos a fornecedores de materiais e empreiteiros de obras, materiais de reposição em estoque e compras em andamento.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R$ 144.190, efetuados em garantia de ações cíveis, ambientais ou de outras desapropriações, envolvendo principalmente a Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP, além de Provisões de ações cíveis, de desapropriações e ambientais no montante de R$ 374.461 (cíveis R$ 259.702, desapropriações R$ 112.804 e ambientais R$ 1.955 (Nota 20).

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica, e, em alguns casos, encontram-se em discussão com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo estimado das desapropriações como parte do ativo imobilizado.

12.2. Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por Decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um Contrato de Concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Paraná	Ilha Solteira **(3)**	20	3.444	1.949	18/07/73	07/07/15
	Jupiá	14	1.551	886	14/04/69	07/07/15
	Três Irmãos **(4)**	5	808	–	28/11/93	18/11/11
	Engenheiro Sérgio Motta **(5)**	14	1.540	1.017	23/01/99	21/05.08**(5)**
Paraíba	Jaguari	2	28	14	05/05/72	20/05/20
	Paraibuna	2	85	50	20/04/78	09/03/21
			7.456	3.916 **(6)**		

(1) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, apurada na barra da usina, na conexão com o Sistema Interligado Nacional.

(2) Data de entrada do primeiro Grupo Gerador.

(3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.

(4) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto.

(5) Cumprindo o prazo previsto na subcláusula primeira da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão, a CESP já requereu a prorrogação, por até 20 anos, do prazo de concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na 3ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 22/01/2008 , recomendou ao Ministério de Minas e Energia, a renovação da concessão da usina pelo prazo de 20 anos.

(6) Da energia assegurada da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

Em 2007 essas deduções foram de 2,28%, resultando em 3.826,69 MW médios disponíveis para comercialização, equivalente a 33.521.804,4 MWh (MW médios x 24h x 365 dias).

Dados relacionados a potência e energia não foram auditados pelos auditores independentes.

12.3. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

12.4. Capacidade de Recuperação Através de Operações Futuras

Os bens que compõem o ativo imobilizado da CESP foram registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no país e com as normas específicas para o setor elétrico emanadas da ANEEL. A legislação brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934 e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob o amparo dos quais foram outorgadas as concessões das usinas da CESP, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Caso apresente valor residual de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

A Companhia realiza periodicamente estudos internos que demonstram a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado de suas usinas, através das operações futuras do seu parque gerador.

As projeções de resultado revisadas pela Administração em 31 de dezembro de 2007, não indicam problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007	2006
Circulante		
COFINS s/receitas	14.952	14.543
PIS s/receitas	3.269	3.149
ICMS s/fornecimento de energia	22.877	16.578
Parcelamento de ICMS	3.062	–
Imposto de renda s/lucro	36.450	5.967
Contribuição social s/lucro	14.398	1.757
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%)	–	765
Imposto de renda s/remessa ao exterior	10.788	15.015
Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa	4.372	3.362
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços	871	951
	111.039	62.087
Não Circulante		
Parcelamento de ICMS	2.355	–
Obrigações fiscais - COFINS (a)	359.925	341.814
	362.280	341.814
	473.319	403.901

(a) A CESP questiona judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, bem como a redução da sua alíquota de 3% para 2%. Obteve decisão favorável ao seu pedido, confirmada pelo TRF de São Paulo que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas e com a redução da alíquota.

Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão para a reversão contábil para o resultado, do valor provisionado de R$ 360 milhões, referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 (alargamento da base de cálculo).

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado na ocasião todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho daquele ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	Principal	Juros e Multas	Créditos Fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	Saldos em 2007	Saldos em 2006
Contribuição Social	32.811	95.979	(70.069)	58.721	31.087	(45.438)	44.370	50.272
Finsocial	1.629	6.440	(4.701)	3.368	1.783	(2.606)	2.545	2.884
IRPJ Contingência 1998	5.389	4.099	(2.992)	6.496	3.439	(5.026)	4.909	5.562
Contribuição Social Contingência 1998	2.463	1.874	(1.368)	2.969	1.572	(2.298)	2.243	2.543
PIS Contingência	17.858	7.417	(5.415)	19.860	10.514	(15.368)	15.006	17.002
Notificação do INSS	87.435	100.332	(73.246)	114.521	60.627	(88.615)	86.533	98.045
Imposto de Renda s/Indenizações	27.203	31.175	(22.759)	35.619	18.857	(27.562)	26.914	30.494
	174.788	247.316	(180.550)	241.554	127.879	(186.913)	182.520	206.802

Do saldo existente em 31 de dezembro de 2007, R$ 149.717 (R$ 173.189 em 31 de dezembro de 2006) referem-se a parcelas de longo prazo (não circulante).

Foram utilizados à época, créditos próprios de base negativa de contribuição social e prejuízos fiscais no montante de R$ 180.550, para amortização de juros e multas.

Para garantia dos débitos incluídos no programa, a Companhia arrolou bens de sua propriedade (não vinculados à geração de energia elétrica).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2007 é de aproximadamente R$ 168.463 (R$ 171.975 em 31 de dezembro de 2006), considerando também a atualização do saldo da dívida pela TJLP (estimada em 6,25% a.a.). Estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 13 anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril de 2000 a dezembro de 2007, a Companhia já recolheu, a título de REFIS, o valor de R$ 186.913, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1. Composição

	2007			2006		
		Principal			Principal	
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Encargos	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Instituições financeiras (1)	10.716	134.434	478.988	14.835	162.660	740.029
BNDES (2)	–	–	808.528	–	–	969.508
Medium Term Notes (3)	43.531	240.540	714.902	105.168	304.568	1.679.531
ELETROBRÁS	–	–	–	78	5.186	–
CPFL (4)	117	18.136	27.204	239	21.891	54.727
Outras instituições	91	733	4.051	129	885	6.206
	54.455	393.843	2.033.673	120.449	495.190	3.450.001
Moeda Nacional						
Instituições financeiras (5)	1.607	68.315	240.626	1.771	150.900	314.894
Notas de médio prazo (6)	31.986	–	777.676	–	–	–
ELETROBRÁS	–	5.259	56.580	–	5.235	61.819
Certificados a termo de energia elétrica (7)	–	–	–	–	349.488	–
Debêntures (8)	–	–	–	–	227.135	–
	33.593	73.574	1.074.882	1.771	732.758	376.713
	88.048	467.417	3.108.555	122.220	1.227.948	3.826.714

15.2 Informações sobre Operações em Moeda Estrangeira

(1) Do saldo total de principal, o valor de R$ 609.346 (R$ 896.119 em 2006) é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos Vencto. (b)	Anos Carência (b)	Amortização	Taxa de Juros (%) a.a	2007	2006
Bônus de Conversão da dívida (a)	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	247.025	364.424
Bônus de dinheiro novo (a)	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	21.716	43.686
Bônus de redução temporária de juros - FLIRB (a)	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	22.039	44.337
Bônus de capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	318.566	443.672
					609.346	896.119

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

O restante de principal, R$ 4.076 (R$ 6.570 em 2006) refere-se a empréstimos indexados ao franco suíço (CHF), com taxa de juros média de 3,60% a.a., vencíveis até 31 de agosto de 2010, sem garantias.

(2) O saldo de principal de R$ 808.528 refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 2 de setembro de 2002, cujo montante original é de US$552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de "spread" básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado.

Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US$325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US$227.134 mil.

Em 14 de agosto de 2006 foram quitadas parcelas de principal, vencíveis até dezembro de 2009, no montante total de R$ 158.257. Também foram quitadas antecipadamente parcelas de juros vencíveis bimestralmente até dezembro de 2009, no montante de R$ 164.469 (remanescente em 31 de dezembro de 2007), classificado na rubrica "Despesas pagas antecipadamente" (Nota 9).

(3) Nesta rubrica estão registradas quatro operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal distribuído da seguinte forma:

(a) Saldo liquidado em junho de 2007, referia-se a notas de médio prazo, emitidas em junho de 1997, cujo valor original era equivalente a US$300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes, tendo 90,7% dos detentores dos papéis exercido o direito de resgate antecipado em junho de 2002 (ISIN nº US12517FAA57).

(b) O saldo de R$ 240.540 relacionado à segunda colocação refere-se à operação de lançamento no mercado internacional ocorrida em fevereiro de 2001.

Em 05 de setembro de 2003, os detentores desses papéis aprovaram, em Assembléia de Investidores, a manutenção dos papéis, passando os vencimentos finais para 2007, 2008 e 2011. Atualmente as séries estão assim compostas:

(b.1) Série 1 (ISIN nº XSO125447077): Saldo remanescente de R$ 110.966 em 31 de dezembro de 2007, com juros anuais de 13% a.a. e vencimentos de €38,0 milhões em 2007 e €63,3 milhões em 2008.

Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R$ 92.677 (principal) em processo de "tender offer".

(b.2) Série 2 (ISIN nº US12517GAA31): Saldo de R$ 129.574 em 31 de dezembro de 2007, com juros semestrais de 13% a.a. e vencimentos de US$64,6 milhões em 2007 e US$ 107,7 milhões em 2008.

Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R$ 117.509 (principal) em processo de "tender offer".

(b.3) Série 3 (ISIN nº US12517GAB14): Liquidada em 09 de maio de 2005 no montante de US$120 milhões.

(b.4) Série 4 (ISIN nº XSO175440394): A CESP tinha o direito ao exercício de opção de resgate antecipado (call) a cada vencimento de juros, e exerceu esta opção em janeiro de 2007, liquidando a série no montante de €56,3 milhões, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2007, totalizando R$ 159.012.

(b.5) Série 5 (ISIN nº US12517HAC79): Saldo liquidado em 21 de agosto de 2006, decorrente do exercício de opção de "call" pela CESP, no montante de US$57,7 milhões, com juros originais de 14% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011.

(c) Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): O saldo remanescente de R$ 325.216 refere-se ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 03 de março de 2006, no valor de US$300 milhões, através dos Bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R$ 247.691 (principal) em processo de "tender offer".

(d) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): Saldo de R$ 389.686 referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US$220 milhões, através dos Bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Os títulos identificados como "b" até "d" integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US$700 milhões em 2001, aditado para US$800 milhões em maio de 2002, US$975 milhões em agosto de 2006 e US$1,4 bilhões em janeiro de 2007.

Todas as notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido satisfatoriamente os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

(4) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL à CESP, atualizado pela variação do dólar norte-americano, com pagamento em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a.

15.3. Informações sobre Operações em Moeda Nacional

(5) Valor de principal composto por saldo de R$ 238.840, referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS) com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,40% a.a., indexado de duas formas:

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo com redutor de 6% a.a., para a parte referente aos direitos adquiridos do BNDES pela União;

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, para a parte referente ao acordo denominado Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIBS - títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União junto a bancos comerciais estrangeiros.

Saldo de R$ 70.101 referente a operações de empréstimos no mercado interno com diversas instituições financeiras.

(6) Em 22 de janeiro de 2007 foi concluído o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais e corrigidos pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no valor de R$ 750 milhões, com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de dezembro de 2007 era de R$ 777.676.

(7) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's são títulos que tiveram por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos para o custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

A remuneração por ocasião do resgate foi efetuada pela comparação da variação dos índices pactuados na operação, sendo o pagamento pelo maior deles. A 9ª emissão foi composta por 1.120.014 títulos, divididos em 18 séries, com prazo de carência de 36 meses para início do resgate, os CTEE's foram liquidados em 31 de outubro de 2007.

(8) Refere-se à 10ª emissão de debêntures simples, com remuneração pelo CDI acrescido de juros de 2% a.a., liquidada em 31 de agosto de 2007.

Os recursos obtidos dessa operação à época, foram utilizados exclusivamente no pagamento de empreiteiros e fornecedores de equipamentos da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

15.4. O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
Moeda	R$ mil	US$ mil (Equivalente)	%	R$ mil	US$ mil (Equivalente)	%
US$	2.312.475	1.305.524	95,26	3.493.872	1.634.178	88,56
Euro	110.967	62.647	4,57	444.750	208.022	11,27
CHF	4.074	2.301	0,17	6.569	3.072	0,17
	2.427.516	1.370.472	100,00	3.945.191	1.845.272	100,00

15.5. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2007, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US$ mil (Equivalente)	R$ mil	R$ mil	R$ mil
2009	78.281	138.660	74.662	213.322
2010	92.502	163.849	51.183	215.032
2011	273.335	484.159	43.661	527.820
2012	77.644	137.530	43.627	181.157
2013	285.944	506.493	43.627	550.120
Após 2013	340.418	602.983	818.122	1.421.105
	1.148.125	2.033.673	1.074.882	3.108.555

15.6. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No Exercício 2007	2006
US$	(17,15)	(8,66)
Euro	(10,11)	(1,51)
CHF (Sw Fr)	(7,50)	1,85
TR	1,46	2,04
IGP - M	7,75	3,83
IGP - DI	7,89	3,79

16. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2007 Circulante	2007 Não Circulante	2007 Total	2006 Total
ELETROBRÁS	- Energia de Itaipu, Própria e Transporte de Potência (a)	34.093	150.577	184.670	185.128
	- Refinanciamento (b)	3.560	19.283	22.843	23.445
		37.653	169.860	207.513	208.573

(a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente, que foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 22 de março de 2016.

(b) Refere-se a Termo Aditivo ao contrato referido no item "a", autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 22 de março de 2016.

17. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	2007 Circulante	2007 Não Circulante	2007 Total	2006 Total
- FIDC I	141.748	141.748	283.496	376.787
- FIDC II	177.187	324.843	502.030	602.550
- FIDC III	191.314	334.801	526.115	636.904
- FIDC IV	62.346	1.273.852	1.336.198	–
	572.595	2.075.244	2.647.839	1.616.241

Vencimentos 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	R$ mil Total
652.547	435.595	144.454	144.454	144.454	144.454	144.454	144.454	120.378	2.075.244

17.1. FIDC I

Em 30 de dezembro de 2004 ocorreu o ingresso dos recursos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lançado pela CESP e por um pool de instituições financeiras, formado pelos Bancos Itaú BBA S.A., ABC Brasil S.A. e Bradesco S.A., sob a coordenação deste último, que também é o administrador/custodiante e gestor do fundo.

O fundo, do tipo fechado, no montante de R$ 450 milhões, equivalente a 1.500 quotas seniores, com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,9% a.a. é lastreado por recebíveis de fornecimento de energia de alguns clientes da CESP, classificados como consumidores livres, com vencimento final em 30 de dezembro de 2009.

17.2. FIDC II

Em 05 de outubro de 2005 ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC II, no montante de R$ 650 milhões, lançado pela CESP em conjunto com os Bancos ABC Brasil S.A., Bradesco S.A. e sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,65% a.a., com vencimento final em 05 de outubro de 2010.

O fundo, do tipo fechado, foi constituído mediante cessão de créditos oriundos de 57 CCEAR's 2005/2006 (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 29 distribuidoras de energia elétrica.

17.3. FIDC III

Em 31 de agosto de 2006 foi concluída a operação do FIDC III, no montante de R$ 650 milhões, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e participação dos bancos Bradesco S.A. e ABC Brasil S.A., prazo de 4 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,5% a.a.. O fundo utiliza excedentes dos contratos cedidos ao FIDC II, com vencimento final em 31 de agosto de 2010.

17.4. FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 08 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a.a.. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no Ambiente Regulado.

Os recursos das operações destinam-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

A Companhia possui cauções em quotas subordinadas das quatro operações no valor de R$ 154.232 (Nota 7).

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA A EMPREGADOS

	2007 Circulante	2007 Não Circulante	2007 Total	2006 Total
- Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS:	31.515	281.006	312.521	385.915
- Contrato de Dívida - outros	12.812	114.239	127.051	129.179
- Deliberação CVM nº 371/2000 - ajuste	–	(256.715)	(256.715)	19.042
	44.327	138.530	182.857	534.136

18.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante de, até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2. DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO CVM Nº 371/00

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

(a) Premissas Atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	Taxas Nominais 2007	2006
Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial	10,24%	12,36%
Taxa de retorno esperada sobre ativos do plano	11,28%	13,42%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	9,18%
Taxa de inflação	4,00%	6,00%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	IGP-DI	IGP-DI
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	0,9784	0,9681
Taxa de rotatividade	nula	nula
Tábua de mortalidade geral	AT-83	GAM-83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	IAPB-55
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos	1.316	1.343
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.087	4.086
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	214	215
Nº de participantes inativos - pensionistas	657	632

(b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado)

A Companhia, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

(b1) Conciliação dos ativos e passivos

	2007	2006
Valor da obrigação atuarial líquida	(2.976.573)	(2.633.798)
Valor justo dos ativos dos planos	2.793.716	2.139.568
Subtotal	(182.857)	(494.230)
Outros ajuste	–	(39.906)
Total - passivo líquido	(182.857)	(534.136)

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b2) Movimentação do passivo atuarial

	2007	2006
Valor presente da obrigação atuarial total líquida em 31.12.2006	2.633.798	2.495.275
Custo dos serviços correntes	4.306	3.326
Custo dos juros	325.537	308.416
Perda/(ganho) atuarial	203.968	9.706
Benefícios pagos	(191.167)	(183.034)
Transferência de contrib. definida a benefício definido (CD a BD)	131	109
Valor presente da obrigação atuarial total líquida em 31.12.2007	2.976.573	2.633.798

(b3) Movimentação do ativo do plano

	2007	2006
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2006	2.139.568	1.892.531
Contribuição do empregador	70.873	67.631
Contribuições dos empregados	1.634	1.978
Rendimento dos ativos do plano	772.677	360.353
Benefícios pagos	(191.167)	(183.034)
Transferência de CD a BD	131	109
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2007	2.793.716	2.139.568

(b4) Despesa estimada para:

	2008
Custo de serviço corrente	4.692
Custo dos juros	304.801
Retorno dos investimentos	(284.882)
Contribuição normal - Empregado	(161)
	23.010

18.3. Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

(a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - R$ 312.521

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. (custo atuarial).

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas do circulante são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

(b) Contrato de Dívida - Outros - R$ 127.051

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 30 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de setembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam na essência garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00.

Em 31 de dezembro de 2007, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo registrado de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação Cesp para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

19. TAXAS REGULAMENTARES

	2007	2006
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	4.821	4.201
- Diferença de Quotas - 2004	–	651
- Diferença de Quotas - 2005 (1)	1.908	22.902
- Diferença de Quotas - 2006 (3)	11.038	–
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	25.535	26.623
Taxa de Fiscalização - ANEEL	738	647
Quotas para P&D - FNDCT (2)	10.966	11.360
Quotas para P&D - EPE (2)	5.483	9.184
	60.489	75.568
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2006 (3)	–	12.151
- Diferença de Quotas - 2007 (4)	8.401	–
	8.401	12.151
	68.890	87.719

(1) Através do Despacho ANEEL nº 53, de 12 de janeiro de 2007, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2007.

(2) Referem-se ao saldo das quotas provisionadas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2007, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000.

(3) Através do Despacho ANEEL nº 212, de 28 de janeiro de 2008, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2008.

(4) Diferença de recolhimentos de 2007, cuja forma de pagamento deverá ser definida pela ANEEL no início de 2009.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	2006	2007				
	Saldo	Provisão Constituída	Pagamentos	Subtotal	Depósitos Judiciais em Garantia	Saldo
Circulante						
Trabalhistas						
Ações diversas	63.786	25.549	(1.912)	87.423	(9.863)	77.560
Cíveis						
Portaria DNAEE 38 e 45/86	12.618	9.072	(7.991)	13.699	–	13.699
Ações diversas	13.217	(5.709)	(1.200)	6.308	(6.308)	–
	25.835	3.363	(9.191)	20.007	(6.308)	13.699
Tributárias						
Ações diversas	14.818	38.102	(12.008)	40.912	(16.687)	24.225
	104.439	67.014	(23.111)	148.342	(32.858)	115.484
Não Circulante						
Desapropriações e Indenizações						
Ações cíveis	120.000	139.702	–	259.702	–	259.702
Ações de ambientais	–	1.955	–	1.955	–	1.955
Ações de desapropriação	31.056	81.748	–	112.804	–	112.804
Ações de desapropriação - Cindidas	133.761	272.392	(1.949)	404.204	–	404.204
	284.817	495.797	(1.949)	778.665	–	778.665
Total	389.256	562.811	(25.060)	927.007	(32.858)	894.149

As contingências nas suas diferentes espécies, foram avaliadas e classificadas segundo probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Expectativa de Perda			
	Provável	Possível	Remota	Total
Espécie	2007	2007	2007	2007
Ações trabalhistas	87.423	56.392	80.649	224.464
Ações cíveis	20.007	24.096	17.240	61.343
Ações tributárias	40.912	132.444	15.360	188.716
Ações ambientais	1.955	216.664	23.035	241.654
Ações de desapropriação/ indenizações	372.506	1.393.389	906.138	2.672.033
Ações de desapropriação - Cindidas	404.204	2.566	15.568	422.338
	927.007	1.825.551	1.057.990	3.810.548

A CESP é pólo passivo em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, ambiental, trabalhista, bem como decorrentes de desapropriações. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R$ 3.811 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para as contingências administrativas e judiciais com expectativa de perda provável é de R$ 927 milhões, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de alguns processos no montante de R$ 32,8 milhões referente a alguns processos envolvendo ações cíveis, trabalhistas e tributárias e R$ 144 milhões (imobilizado em curso). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

20.1. AÇÕES JUDICIAIS

(a) Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2007, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R$ 224,4 milhões. A CESP mantém registradas provisões para enfrentar eventuais obrigações no montante de R$ 87 milhões e realizou depósitos judiciais em garantia de alguns processos, da ordem de R$ 9,8 milhões.

A CESP é ré em 118 processos relacionados à comissão de risco (adicional de periculosidade), que totalizam R$ 60 milhões. Duas destas ações, que envolvem sindicatos representantes dos trabalhadores da CESP, representam um montante de R$ 40,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Os demais processos judiciais envolvem montantes pouco representativos.

Outras ações, sendo duas movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, o valor das reclamações em 31 de dezembro de 2007, de uma dessas ações era de R$ 53,6 milhões e outra de R$ 3,8 milhões com expectativa de perda provável e provisão constituída.

Uma outra ação também movida pelo Sindicato de Campinas e Região alega que a Companhia não aplicou corretamente a Unidade Real de Valor no cálculo das gratificações anuais (13º salário) na época da implantação do Plano Real. O juiz de primeira instância entendeu que o sindicato não é parte legítima para representar os trabalhadores neste tipo de litígio. O montante em discussão, em 31 de dezembro de 2007, era de R$ 19 milhões, sem provisão, já que a avaliação de risco de perda é possível.

(b) Litígios Cíveis

(b1) Portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R$ 28,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, com provisão constituída de R$ 13,7 milhões para essas obrigações, que corresponde à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

(b2) Ação de Indenização proposta por Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Em dezembro de 2000, a empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ajuizou ação contra a Companhia, pleiteando indenização por perdas e danos referentes à não utilização dos equipamentos e trabalhadores empregados na construção da Usina Porto Primavera em razão da suspensão das obras. O valor da ação, em 31 de dezembro de 2007 era de aproximadamente R$ 758,5 milhões. Fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e com base em informações técnicas e estimativas internas, foi constituída a provisão de R$ 120 milhões.

(b3) Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP, intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2007, era de R$ 175 milhões. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que têm sido favoráveis à Empresa e experiências anteriores, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes, a Companhia mantêm provisão no montante de R$ 6 milhões cujo o risco de perda é avaliado como provável.

(b4) Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 217 ações envolvendo o valor de R$ 530 milhões para 31 de dezembro de 2007. Os pedidos formulados são diversos destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. Em 31 de dezembro de 2007 o montante provisionado é de R$ 107,6 milhões para as ações cujo o risco foi avaliado como provável.

Ainda com relação à atividade oleiro-cerâmica, a CESP responde uma ação de indenização, perante a Comarca de Panorama, proposta por Hélio Cardoso Costa e outros 2.157 empregados de olarias pleiteando perdas e danos materiais e morais decorrentes da paralisação da atividade. O valor envolvido nessa ação é de aproximadamente R$ 690 milhões. Não foi constituída provisão em razão da avaliação de risco de perda dessa ação ser considerada remota.

(c) Ações de Desapropriações/Indenizações

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2007, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações era de aproximadamente R$ 691,3 milhões. A CESP mantém registrada provisão de R$ 404,2 milhões para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão e de R$ 252,2 milhões para as ações de desapropriações e/ou indenizações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

(d) Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, dentre as quais destacam-se:

(d.1) RGR

Ação proposta pelo SIEESP - Sindicato da Indústria de Energia Elétrica, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa. Em 31 de dezembro de 2007 o valor desses honorários era de R$ 121,9 milhões, não provisionado face a avaliação de risco de perda ser avaliado como possível.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações visando a sua majoração, as quais foram acolhidas. O SIEESP interpôs recursos junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

(d.2) COFINS

A CESP questiona judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, bem como a redução da sua alíquota de 3% para 2%. Obteve decisão favorável ao seu pedido, confirmada pelo TRF de São Paulo que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas e com a redução da alíquota.

Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão para a reversão contábil a resultado do valor provisionado de R$ 360 milhões, referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 (alargamento da base de cálculo), registrado na rubrica Obrigações Fiscais - Passivo Não Circulante (Nota 13 (a)).

(e) Litígios Ambientais

A CESP responde a 35 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores envolvidos só poderão ser apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais, em curso na Comarca de Dourados, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R$ 24,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão, por entender que o risco de perda desta ação é possível.

Outras três ações ambientais foram promovidas pelos Municípios de, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Anaurilândia, contra a CESP, objetivando reparação por danos ambientais causados àqueles municípios em razão da formação do reservatório de Porto Primavera. A soma dos valores envolvidos nessas ações chega a R$ 185 milhões e a avaliação da Companhia é pela perda possível.

21. OUTROS - PASSIVO

	2007	2006
Circulante		
Antecipação de recebíveis - consumidores livres (a)	24.838	23.273
Fundação CESP (b)	22.110	14.579
P & D - Projetos 1º, 2º 3º e 4º Ciclos (c)	35.250	23.527
Passivo regulatório (d)	680	28.160
Convênios diversos	6.297	–
Outros	9.152	2.629
	98.327	92.168
Não Circulante		
Antecipação de recebíveis - consumidores livres (a)	92.966	122.399
	191.323	214.567

(a) Refere-se a contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.

(b) Refere-se a saldo de prestação de contas com a Entidade de Previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com perspectiva de perda possível.

(c) Refere-se a saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do 1º, 2º, 3º e 4º ciclos, atualizados pela SELIC.

(d) Saldo de Passivo Regulatório e Ressarcimento de Tarifa, decorrente da majoração das alíquotas de COFINS e PIS, em 2003 e 2004, respectivamente. Face à edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, artigo 109, e por determinação da ANEEL através de resoluções, estes valores estão sendo devolvidos em 12 parcelas às distribuidoras.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, das quais destacamos as principais:

	BANCO NOSSA CAIXA S.A.		SECRETARIA DA FAZENDA		ELETROBRÁS		FUNDAÇÃO CESP	
ATIVO CIRCULANTE	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Aplicações Financeiras	659.671	126.478	–	–	–	–	–	–
Outros Créditos	–	–	4.283	3.532	–	–	–	–
	659.671	126.478	4.283	3.532	–	–	–	–
PASSIVO CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	–	5.259	10.499	–	–
Valores a Pagar	–	–	–	–	37.653	32.012	–	–
Entidade de Previdência a Empregados	–	–	–	–	–	–	44.327	37.123
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	–	56.580	61.819	–	–
Valores a Pagar	–	–	–	–	169.860	176.561	–	–
Entidade de Previdência a Empregados	–	–	–	–	–	–	138.530	497.013
	–	–	–	–	269.352	280.891	182.857	534.136

As condições e a natureza das operações acima apresentadas estão descritas nas Notas 2, 10, 15, 16, 18 e 26.

22.1. Efeito no resultado

	2007	2006
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras	40.931	36.874
Outros créditos	751	509
	41.682	37.383
Encargos e Variações Monetárias/Cambiais		
Empréstimos e financiamentos	(3.901)	(5.478)
Valores a pagar	(34.827)	(28.828)
	(38.728)	(34.306)
Despesas Operacionais		
Entidade de previdência empregados	277.446	(3.845)
	280.400	(768)

22.2. Gestão Compartilhada CESP/EMAE

Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), desde dezembro de 2002, as duas empresas passaram a ser geridas por Diretoria unificada. As áreas gerenciais passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêem adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 8.119.548 ações preferenciais classe A e 210.215.567 ações preferenciais classe B. O capital social autorizado da CESP, conforme Estatuto Social aprovado em AGE de 8 de abril de 2005 é de até R$ 8.000.000.

Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2007 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo	102.268.326	93,68	–	–	7.022.136	3,34	109.290.462	33,37
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	1.761.683	1,61	–	–	17.005.712	8,09	18.767.395	5,73
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.690	0,01	–	–	–	–	6.690	–
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	–	–	–	–	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros	2.095	–	6	–	–	–	2.101	–
	104.038.794	95,30	6	–	37.820.951	17,99	141.859.751	43,31
Outros								
Banco Santander S.A.	973.478	0,89	–	–	23.873.045	11,36	24.846.523	7,59
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,04	6.664.526	82,08	–	–	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	–	–	–	–	9.804.196	4,66	9.804.196	2,99
The Bank of New York - ADR Department	45.670	0,04	193.520	2,38	–	–	239.190	0,07
Banco Opportunity S.A.	278	–	–	–	14.357.168	6,83	14.357.446	4,39
Fazenda do Estado de Mato Grosso	4.384	–	–	–	–	–	4.384	–
Fazenda do Estado de Goiás	73	–	–	–	–	–	73	–
Pessoas físicas	2.215.050	2,03	1.076.387	13,26	6.353.295	3,02	9.644.732	2,95
Outras pessoas jurídicas	1.845.468	1,69	154.378	1,90	118.006.912	56,14	120.006.758	36,64
Outros	6.730	0,01	30.731	0,38	–	–	37.461	0,01
	109.167.558	100,00	8.119.548	100,00	210.215.567	100,00	327.502.673	100,00

23.2. DIREITOS DAS AÇÕES

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
- a prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e
- não terão direito a voto e serão irresgatáveis.

Às ações preferenciais classe A é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste Estatuto Social;
- direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1(um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

23.3. RESERVAS

	2007	2006
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações	10.373	10.373
Doações e subvenções para investimentos	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC	429.396	429.396
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a)	3.880.745	4.937.750
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	–	34.297
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR	–	101.197
	4.349.620	5.542.119

(a) Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio

Refere-se a créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

(b) Absorção do saldo de Prejuízos Acumulados

A proposta da administração à Assembléia Geral Ordinária, é pela utilização de parte das Reservas de Capital para absorção do saldo de prejuízos acumulados em conformidade com o Inciso I, do artigo 200, da Lei nº 6.404/76.

24. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

24.1. Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa n° 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia(*) 2006	2007	(%) de Reajuste
Jaguari	Fevereiro	72,65	78,32	7,80
CSPE		72,81	78,51	7,83
CPEE		72,14	77,79	7,83
Mococa		93,28	100,56	7,80

(*) Tarifa homologada com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do leilão realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1.2).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Produto 2005 a 2012	Produto 2006 a 2013	Produto 2007 a 2014	(%) de Reajuste
Santa Cruz e Celb	fevereiro	67,99	74,86	85,07	9,49
Ampla	março	68,29	75,19	85,45	9,97
Enersul, Cemat, CPFL, CEMIG, AES Sul, Coelba, Corsen,	abril	68,54	75,47	85,76	10,38
Coelse Energipe e Celpe Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	maio	68,72	75,65	85,98	10,65
Cataguazes e Copel	junho	68,91	75,87	86,22	10,97
Celtins e Eletropaulo	junho	69,10	76,08	86,46	11,27
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	agosto	69,27	76,26	86,67	11,54
Celg	setembro	69,59	76,62	87,07	12,06
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	outubro	69,72	76,76	87,23	12,27
Light	novembro	69,93	76,99	87,49	12,61

24.3 Energia Vendida

	MWh (*) 2007	2006	R$ Mil 2007	2006
Fornecimento (1)				
Industrial	6.903.307	6.012.709	602.901	476.797
Comercial	54.062	35.805	4.904	2.949
Serviço Público	1.835.703	1.716.270	164.475	131.140
	8.793.072	7.764.784	772.280	610.886
Recomposição Tarifária (2)	–	–	–	(1.876)
	8.793.072	7.764.784	772.280	609.010
Suprimento Contratos				
Agentes Comercializadores (3)	6.383.863	7.529.749	455.530	470.813
Contratos de Compra de Energia - CCE's (4)	1.120.483	1.009.846	90.550	58.339
	7.504.346	8.539.595	546.080	529.152
Leilões de Energia (5)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012				
ELETROPAULO	758.112	758.112	51.446	48.799
COPEL D	682.373	692.964	46.330	44.660
COELBA	596.316	616.276	40.508	40.147
LIGHT	429.910	466.337	29.045	29.406
ELEKTRO	402.682	416.422	27.241	26.572
CEMIG D	393.952	393.952	26.803	25.777
CELPA	342.859	357.519	23.246	22.918
CEMAR	259.782	264.971	17.581	16.919
AMPLA	255.722	207.017	17.350	13.723
CELG	250.281	256.789	16.936	16.323
Concessionárias Diversas	1.925.884	2.153.486	130.515	138.642
	6.297.873	6.583.845	427.001	423.886
Produto 2 CCEAR 2006-2013				
CEMIG D	1.342.592	1.342.592	100.577	96.716
LIGHT	932.057	965.853	69.346	66.950
ELETROPAULO	926.502	926.502	69.223	65.660
COPEL D	598.579	606.030	44.746	43.004
COELBA	585.350	613.578	43.776	44.033
ELEKTRO	505.015	511.123	37.615	35.968
AES SUL	443.970	450.385	33.179	32.270
CELPE	423.995	456.445	31.682	32.638
AMPLA	376.364	310.080	28.128	22.516
COELCE	338.781	357.030	25.352	25.656
Concessionárias Diversas	3.120.963	3.421.669	232.799	241.218
	9.594.168	9.961.287	716.423	706.629
Produto 3 CCEAR 2007-2014				
CELG	22.409	–	1.897	–
LIGHT	17.587	–	1.487	–
CEAL	13.154	–	1.113	–
CEPISA	11.966	–	1.014	–
CELPA	11.366	–	964	–
COELBA	9.532	–	810	–
CELPE	8.066	–	685	–
CEMAR	6.916	–	586	–
COELCE	6.634	–	564	–
CEEE D	6.500	–	548	–
Concessionárias Diversas	59.983	–	5.096	–
	174.113	–	14.764	–
MCSD (Produtos 1, 2 e 3)	482.341	–	34.613	–
	16.548.495	16.545.132	1.192.801	1.130.515
	24.052.841	25.084.727	1.738.881	1.659.667
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (6)				
Energia de Curto Prazo	–	–	113.611	128.626
Total	**32.845.913**	**32.849.511**	**2.624.772**	**2.397.303**

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(2) Referia-se à parcela adicional de tarifa, aplicada desde dezembro de 2001, denominada Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em conseqüência do período de racionamento ocorrido entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, com término em fevereiro de 2006.

(3) Refere-se ao suprimento de energia as Comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(4) Contatos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).

(5) Refere-se ao suprimento de energia as Concessionárias de Distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia e Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

(6) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (SPOT e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e o processamento do MCSD.

No ano de 2007, a Companhia registrou (apropriou) o montante de R$ 113.611 referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

24.4. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	2007	2006
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (1)		
Energia de Curto Prazo	47.027	2.367
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	99	426
Encargos do serviço do sistema - CCEE	–	6
Rede Básica	275.892	252.771
Rede Básica - parcelamento CESP G (3)	9.997	59.983
Rede Básica - parcelamento CESP D (4)	25.018	–
	311.006	313.186

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nºs 496 e 497, de 26 de junho de 2007.

(3) Parcelamento encerrado em fevereiro de 2007, referente aos encargos devidos no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2005.

(4) Parcelamento referente aos encargos devidos no período de julho de 2004 a dezembro de 2006, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, para pagamento em 12 parcelas mensais, a partir de julho de 2007.

25. DESPESAS OPERACIONAIS

	2007	2006
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	105.646	91.565
Material	3.587	3.062
Serviços de terceiros	30.770	25.811
Depreciação	5.752	5.340
Taxa de Fiscalização - ANEEL	8.851	7.768
Aluguéis	3.933	3.847
Crédito COFINS/PIS s/ Encargos de Uso da Rede Elétrica	(29.945)	(13.672)
Outras	33.618	32.191
	162.212	155.912
Outras Despesas Operacionais		
Provisão p/perda s/realização de créditos - RTE (Nota 4)	104.236	58.003
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (Nota 3)	2.711	–
Provisão p/contingências (Nota 20)	87.974	18.951
Outras	1.533	1.441
	196.454	78.395
	358.666	234.307

25.1 Distribuição das Despesas Operacionais Totais

Do total de despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, depreciação e outras despesas, parte destas rubricas estão distribuídas, parte no quadro acima e o restante na Demonstração de Resultado no Grupo "Custo com Operação". Outras rubricas de naturezas específicas, estão alocadas na Demonstração do Resultado em "Custo com Energia Elétrica".

26. RESULTADO FINANCEIRO

	2007	2006
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	40.995	37.239
Atualização de quotas subordinadas - FIDC I, II, III e IV	28.606	8.919
Atualização de créditos/recebíveis - EMURB e DAEE (Nota 5)	10.468	7.135
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 4)	40.912	58.003
Atualização de créditos tributários	558	17.177
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos (participações acionárias)	3.702	4.398
Acréscimos moratórios em contas de energia	4.583	1.931
Outras	11.230	10.486
	141.054	145.288
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda estrangeira	(352.086)	(450.196)
Moeda nacional	(150.070)	(185.126)
	(502.156)	(635.322)
Outras		
Encargos e atualização s/tributos e contribuições sociais	(31.163)	(60.205)
Juros e atualização do Contrato ELETROBRÁS	(19.978)	(20.893)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia	(23.109)	(13.637)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento	(7.617)	(23.881)
CPMF	(23.958)	(28.571)
Imposto s/operações financeiras	(1.586)	(6.740)
Despesas c/operações financeiras - lançamento de ações	(9.412)	(43.231)
Despesas c/operações financeiras - lançamento FIDC	(20.695)	(22.658)
Atualização P&D - projetos	(3.074)	(3.757)
Outras	(5.683)	(13.775)
	(146.275)	(237.348)
	(648.431)	(872.670)
	(507.377)	(727.382)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional	(326.920)	(498.100)
Moeda estrangeira	520.021	336.184
	193.101	(161.916)
Total - líquido	**(314.276)**	**(889.298)**

continua

continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2007	2006
Ganhos/(perdas) na alienação de bens e direitos	44.031	4.951
Indenizações diversas - empresas cindidas (a)	(26.293)	(18.313)
Provisão p/ desapropriações - empresas cindidas (a)	(272.392)	(15.904)
	(254.654)	(29.266)

(a) Pelo Protocolo de Cisão - Parcial da CESP, as obrigações referentes a desapropriações e indenizações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.1(c)).

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de renda e a Contribuição social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

As parcelas dos tributos e contribuições sociais (IR e CSLL) foram calculadas sobre o lucro tributável até 31 de dezembro de 2007.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2007			2006		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições	451.984	451.984	–	(143.431)	(143.431)	–
Imposto de renda e Contribuição social - alíquotas nominais de 25% e 9%	(112.972)	(40.678)	(153.650)	35.858	12.909	48.767
Adições						
Provisões diversas	(134.406)	(44.738)	(179.144)	(37.605)	(11.449)	(49.054)
Permanentes	(417)	(150)	(567)	(853)	(254)	(1.107)
Variações cambiais líquidas (positivas) s/empréstimos e financiamentos	(289.765)	(104.315)	(394.080)	(549.489)	(197.816)	(747.305)
	(424.588)	(149.203)	(573.791)	(587.947)	(209.519)	(797.466)
Exclusões						
Provisões diversas (pagamentos/reversões)	55.023	19.808	74.831	16.627	5.805	22.432
Permanentes	16.409	319	16.728	14.859	152	15.011
Variações cambiais líquidas (positivas) s/empréstimos e financiamentos	309.936	111.576	421.512	423.542	154.029	577.571
	381.368	131.703	513.071	455.028	159.986	615.014
Imposto de renda e Contribuição social - apurados	(156.192)	(58.178)	(214.370)	(97.061)	(36.624)	(133.685)
Compensação 30% - diferido (Nota 8(a))	47.786	16.049	63.835	29.588	10.105	39.693
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	(108.406)	(42.129)	(150.535)	(67.473)	(26.519)	(93.992)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM n° 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação consideradas apropriadas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

29.1 Considerações sobre Riscos

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "Swap" com a finalidade de proteger-se de referido risco, para a totalidade dos saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras. No entanto, quando possível, efetua a compra de câmbio antecipada e realiza operações de captação de recursos em reais, como forma de proteção cambial.

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2007, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava a R$ 3.664.020 (R$ 5.176.882, em 31 de dezembro de 2006), dos quais R$ 2.481.971 (US$ 1.401.214), (R$ 4.065.640 (US$ 1.901.609), em 31 de dezembro de 2006) se referem a captações em moeda estrangeira em dólar-americano.

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às oscilações da taxa de câmbio, esta efetuou operações de "swap" cambial trocando a variação do dólar por empréstimos pela variação do CDI, apurando uma perda/ganho no valor de R$ 5.883 (e um ganho/perda no valor de R$ 6.996, em 31 de dezembro de 2006), a qual está reconhecida nas demonstrações financeiras. O valor nocional dessas operações de "swap" em 31 de dezembro de 2007 é de US$ 39.519 mil (US$ 46.773 mil em 31 de dezembro de 2006).

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2007, significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras, no valor total de R$ 2.481.971 (R$ 4.065.640 em 31 de dezembro de 2006) conforme Nota 15.

(b) Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía R$ 1.158.329 (R$ 1.518.808 em 31 de dezembro de 2006) em empréstimos e financiamentos, captados a taxas variáveis de juros (LIBOR).

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: **(1)** para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; **(2)** para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupiá e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada excelente, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupiá.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - de cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. Outro fator positivo é que suas usinas se situam a jusante (rio abaixo), em seqüência a inúmeros outros aproveitamentos energéticos existentes a montante, de modo que se beneficia de estar praticamente no fim da cascata, tendo a usina de Itaipu a jusante de suas usinas.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O MRE é um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R$ 7,47 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 406, de 12 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007).

(e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Aneel e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

29.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2007 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Valores a Receber - Energia Livre e Energia de Curto Prazo - CCEE - Estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseado nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

c. Investimentos - Estão registrados ao custo de aquisição. É feita provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

d. Debêntures - A Companhia liquidou as dez emissões de debêntures que realizou. Estes títulos eram negociados no mercado de balcão. Estavam avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 15.3(8).

e. Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's - São títulos lançados pela CESP e se caracterizam por ter, na data da emissão, o valor unitário de 1 megawatt/hora da tarifa de fornecimento classe B-3 de uma Distribuidora de energia elétrica. A tarifa da classe B-3 é aplicável aos Consumidores Cativos e é regulada pela ANEEL para cada empresa detentora da rede de distribuição, estando sujeita ao controle e à fiscalização do Poder Concedente.

Os CTEE's são negociados em mercado de balcão e oferecem duas alternativas de resgate financeiro, prevalecendo a maior entre: (1) a remuneração pelo índice financeiro definido, e (2) a variação da tarifa B-3. Permite ainda o resgate físico, quando utilizado para pagamento de faturas de energia elétrica junto à Distribuidora, que por sua vez os utiliza para pagar sua fatura junto à CESP (Nota 15.3(7)).

A Companhia já liquidou as nove emissões que realizou, não tendo ocorrido resgate físico até a data.

f. Empréstimos e Financiamentos

A administração da Companhia estima que os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não apresentam diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

30. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencto.	Valor Segurado
RCG - Responsabilidade Civil Geral	MAPFRE Vera Cruz Seguros	Indenização p/danos pessoais e/ou materiais a terceiros	03/2008	15.000
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S.A.	Responsabilidade civil - D&O	03/2008	2.000
Vida	Tókio Marine	Indenização p/morte ou invalidez permanente de empregados	11/2008	2.800
Imóveis	Nobre Seguradora do Brasil S.A.	Prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão e outros	11/2008	66.000
Aeronáutico	Seguradora AIG Seguros S.A.	Casco/ Responsabilidade Civil	11/2008	29.000
Riscos Patrimomiais	Itaú XL Seguros	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	07/2008	10.000

31. COMPROMISSOS AMBIENTAIS

A Companhia cumpre as exigências dos órgãos licenciadores ambientais e adicionalmente mantém com os Ministérios Públicos, federal e estaduais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, diversos compromissos para solução de medidas compensatórias ou mitigatórias referentes às áreas de influência dos reservatórios das Usinas de Porto Primavera (Engenheiro Sérgio Motta), Ilha Solteira, Jupiá e Três Irmãos, que podem ser assim resumidos:

a. Aquisição de terras para implantação do Parque Estadual do Aguapeí (Estado de São Paulo) - totalmente adquiridas.

b. Aquisição de terras para implantação do Parque Estadual de Ivinhema (Estado do Mato Grosso do Sul) - falta concretizar a aquisição de cerca de 9% das áreas.

c. Aquisição de terras para implantação do Parque Estadual do Peixe (Estado de São Paulo) - para o compromisso referente à Usina Porto Primavera a aquisição por via judicial já está ajuizada para cerca de 48% da área, restando cerca de 52% a ser ainda ajuizada; para o compromisso relativo à Usina Três Irmãos não há ainda o decreto de utilidade pública para fins de desapropriação.

A Administração estima que o desembolso com estas aquisições pode envolver de R$ 90 a R$ 130 milhões, a serem desembolsados até 2010. A implantação dos Parques está orçada em R$ 2,7 milhões, a serem desembolsados até 2012. A despesa anual com a manutenção destas Unidades está orçada em cerca de R$ 14,6 milhões.

d. Usina Jupiá

Até 2009 está prevista a elaboração do PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais - com custo estimado de R$ 0,6 milhões. Os gastos com os programas decorrentes da implementação do PACUERA, regularização de licenças e recuperação ambiental de áreas degradadas estão estimados em R$ 15,5 milhões e estão previstos para desembolso até 2011.

e. Usina Ilha Solteira

Até 2009 está prevista a elaboração do PACUERA com custo estimado de R$ 0,6 milhões. Os gastos com os programas decorrentes da implementação do PACUERA e regularização de licenças estão estimados em ~ R$ 20,0 milhões e estão previstos para desembolso entre 2010 e 2020.

f. Usina Três Irmãos

Até 2012 está previsto o complemento de reflorestamento no Parque do Peixe com custo estimado em R$ 20,0 milhões. Os compromissos adicionais com esta Usina estão estimados em R$ 6,0 milhões previstos para desembolso até 2010.

g. Usinas Paraibuna e Jaguari

Os custos operacionais com a manutenção dos programas relacionados a estas Usinas são estimados em R$ 0,5 milhões ao ano.

h. Usina Porto Primavera (Engenheiro Sérgio Motta)

Os trabalhos de reflorestamento até 2020 estão estimados em R$ 50,0 milhões. O programa de recuperação de áreas degradadas está estimado em R$ 5,0 milhões, previstos para desembolso até 2016. O plano de manejo da fauna está orçado em R$ 3,5 milhões, previstos para desembolso até 2012. Os demais custos, envolvendo a elaboração do PACUERA, programas dele decorrentes e outros compromissos estão orçados em R$ 7,4 milhões, previstos para desembolso até 2010.

32. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na Lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida Lei, a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.
- Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

33. EVENTOS SUBSEQÜENTES

(a) Renovação da concessão da Usina de Porto Primavera

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na 3ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 22 de janeiro de 2008, recomendou ao Ministério de Minas e Energia, a renovação da concessão da usina pelo prazo de 20 anos.

(b) Alienação das ações da EMAE

O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED aprovou, em reunião de 15 de fevereiro de 2008, a alienação das ações de emissão da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., de propriedade da CESP, para a Fazenda do Estado de São Paulo.

(c) Processo de Privatização da CESP

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, dando cumprimento ao Decreto Estadual nº 51.760, de 17 de abril de 2007, contratou em outubro de 2007 o Banco Fator S.A. para execução do denominado Serviço A (avaliação econômico-financeira) e o consórcio liderado pelo Banco Citibank S.A. para a execução do denominado Serviço B (avaliação econômico-financeira, modelagem e execução de venda) da CESP.

Em dezembro de 2007 os contratados apresentaram ao Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED o resultado de seus trabalhos, tendo o PED recomendado ao senhor Governador a retomada dos trabalhos e estudos necessários à privatização da Companhia, com estimativa de realização do leilão de privatização até o final do primeiro trimestre de 2008.

Em 25 de fevereiro de 2008 foi disponibilizado o Edital contendo as condições do processo de alienação, entre elas o preço mínimo de R$ 49,75 (quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) por ação. Nos termos do Edital, o leilão de privatização da CESP está previsto para o dia 26 de março de 2008, nas dependências da Bolsa de Valores de São Paulo.

O mercado foi mantido informado do andamento deste processo mediante a divulgação de Fatos Relevantes e de Comunicados ao Mercado durante todo o desenvolvimento dos trabalhos.

continua

→ continuação

CESP Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO DE **SÃO PAULO**
TRABALHANDO POR VOCÊ

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

	2007	2006
Fluxo de Caixa Proveniente:		
Das Atividades Operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	178.591	(118.365)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação	479.056	480.657
Juros, variações monetárias e cambiais	(252.045)	217.190
Baixa de investimentos por alienação	49.092	7.396
Baixas de ativo imobilizado por alienação	69.538	2.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	59.023	(158.751)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)	63.835	39.693
Provisão para contingências - COFINS (atualização)	18.111	23.210
Provisão p/perda de ativos de longo prazo	–	16.818
Provisão p/contingências - não operacionais	270.887	11.951
Taxas regulamentares	8.401	12.151
Provisão para devedores duvidosos	2.711	(650)
Outras	(603)	1.554
	768.006	653.588
Variação de Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a receber de consumidores e revendedores	(24.242)	(32.968)
Valores a receber - Energia livre/RTE	189.692	94.753
Valores a receber	19.378	(9.918)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(8.631)	(5.843)
Estoques	17	2.082
Despesas antecipadas	92.754	(235.293)
Cauções e depósitos vinculados	(87.670)	(40.208)
Outros créditos	(47.898)	948
Fornecedores	4.002	(24.422)
Supridores de energia elétrica	52.721	(2.582)
Tributos e contribuições sociais	51.307	16.646
Pagamentos com a entidade de previdência a empregados	(33.721)	(29.341)
Entidade de Previdência Privada - Empregados	(284.495)	(2.707)
Taxas regulamentares	(27.230)	9.826
Pagamentos de contingências	(25.060)	(28.668)
Obrigações estimadas e folha de pagamento	4.127	3.727
Outros	3.392	14.280
	(121.557)	(269.688)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**825.040**	**265.535**
Caixa Consumido nas Atividades de Investimentos		
No imobilizado	(185.895)	(235.135)
Diminuição de Caixa Originado das Atividades de Investimentos	**(185.895)**	**(235.135)**
Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento		
Subscrição para aumento de capital	–	3.200.000
Empréstimos e financiamentos bancários captados	2.229.591	2.900.078
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.486.069)	(5.822.483)
Pagamento de principal REFIS	(31.534)	(27.248)
Aumento (Diminuição) de Caixa Originado das Atividades de Financiamento	**(288.012)**	**250.347**
Aumento (Diminuição) de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	**351.134**	**280.747**
(+) Saldo Inicial	**328.572**	**47.825**
(=) Saldo Final	**679.706**	**328.572**
Movimentação Líquida de Caixa, Bancos e Aplicações de Liquidez Imediata	**351.134**	**280.747**

ANEXO II
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

	2007	2006
Geração do Valor Adicionado		
Receitas operacionais	2.625.513	2.398.136
Provisão/reversão p/créditos de liquidação duvidosa	(2.711)	650
Resultado não operacional	(254.654)	(29.266)
	2.368.148	2.369.520
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema	311.006	313.186
Energia de curto prazo - CCEE	47.027	2.367
Serviços de terceiros	52.754	44.213
Materiais	8.636	7.379
Outros custos operacionais	49.800	44.944
	469.223	412.089
Valor Adicionado Bruto	1.898.925	1.957.431
Retenções		
Depreciação	479.056	480.657
Valor Adicionado Líquido Gerado	1.419.869	1.476.774
Transferências		
Receitas financeiras	141.054	145.288
Variações cambiais líquidas	520.021	336.184
COFINS/PIS s/Receitas de Contratos Iniciais - Lei 11.196/05	–	62.008
Passivo regulatório - COFINS/PIS s/receitas contratos iniciais	(2.040)	(30.650)
Provisão p/realização de créditos/Provisões operacionais	(192.210)	(76.954)
Entidade de previdência a empregados	284.495	2.707
Contribuição social e imposto de renda diferidos (ativo/passivo)	(122.858)	119.058
Valor Adicionado a Distribuir	2.048.331	2.034.415
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (Não inclui INSS)	125.050	110.905
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano	7.049	6.552
	132.099	117.457
Financiadores e Aluguéis:		
Juros e encargos de dívidas	624.474	843.962
Variações monetárias	326.920	498.100
Arrendamentos e aluguéis	3.933	3.847
	955.327	1.345.909
Intrasetoriais - Encargos Regulamentares		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	160.279	161.972
Reserva Global de Reversão - RGR	65.141	69.240
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	21.668	17.033
Taxa de Fiscalização - ANEEL	8.851	7.768
	255.939	256.013
Governos:		
INSS	26.870	24.593
COFINS/PIS	203.853	196.175
Imposto de renda	108.406	67.473
Contribuição social	42.129	26.519
CPMF	23.957	28.571
ICMS/ISS	121.160	90.070
	526.375	433.401
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	178.591	(118.365)
TOTAL	2.048.331	2.034.415

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
DILMA SELI PENA

VICE-PRESIDENTE
ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO

CONSELHEIROS

ALEXANDRE MAGALHÃES DA SILVEIRA
ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA
FERNANDO DE LIMA GRANATO
MARCOS ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE
ANDREA SANDRO CALABI
CARLOS PEDRO JENS
FRANCISCO VIDAL LUNA
MAURO RICARDO MACHADO COSTA
ANDRÉ LUIS DE LACERDA E SOUSA
FERNANDO CARVALHO BRAGA
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
NELSON VIEIRA BARREIRA

DIRETORIA

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

VICENTE K. OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO OESTE

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO LESTE

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC-1PR028765/O-2"T"SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2008

Agnaldo César Breves

Amancio Acúrcio Gouveia

Geraldo José Sertório Collet Silva

José Rubens Gozzo Pereira

Pedro Pereira Benvenuto

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CESP - Companhia Energética de São Paulo, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas no Anexo I e II referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2008

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.

abrasca
Associação Brasileira das Companhias Abertas

COMPANHIA NÍVEL 1 MERCADO
BOVESPA - BRASIL